

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA
CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR

JAKELINE SOUSA ARAUJO

REPOSIÇÃO DE EQUINOS PARA PMMA: uma análise das modalidades de
reprodução e compra para o 1º Regimento de Polícia Montada do Estado do
Maranhão

SÃO LUÍS - MA
2022

JAKELINE SOUSA ARAUJO

REPOSIÇÃO DE EQUINOS PARA PMMA: uma análise das modalidades de reprodução e compra para o 1º Regimento de Polícia Montada do Estado do Maranhão

Monografia apresentada ao Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Maranhão em convênio com a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Segurança Pública.

Orientador: Major QOPM Alexsandro Ferreira Ramalho

SÃO LUÍS - MA
2022

Araujo, Jakeline Sousa.

Reposição de equinos para PMMA: uma análise das modalidades de reprodução e compra para o 1º regimento de polícia montada do Estado do Maranhão / Jakeline Sousa Araujo. - São Luís, 2022.

... f.

Monografia (Graduação em Formação de Oficiais PMMA) - Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2022.

Orientador: Maj. QOPM Aleksandro Ferreira Ramalho

1. Polícia. 2. Cavalaria. 3. Reprodução. 4. Compra. 5. Reposição. I. Título.

CDU: 636.1:355.02(812.1)

JAKELINE SOUSA ARAUJO

REPOSIÇÃO DE EQUINOS PARA PMMA: uma análise das modalidades de reprodução e compra para o 1º Regimento de Polícia Montada do Estado do Maranhão

Monografia apresentada ao Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Maranhão em convênio com a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Segurança Pública.

Orientador: Major QOPM Alexsandro Ferreira Ramalho

Aprovada em: ____/____/ 2022.

BANCA EXAMINADORA

Maj. QOPM Alexsandro Ferreira Ramalho
Polícia Militar do Maranhão

Prof. Dr. José Arnodson Coelho de Sousa Campelo
Universidade Estadual do Maranhão

Cap. QOSPM Ronielle Pereira Ribeiro de Sousa
Polícia Militar do Maranhão

Dedico este trabalho a minha Família e amigos, que são a minha base e que sempre estiveram ao meu lado ao longo desta caminhada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que sempre esteve presente na minha vida, sendo meu alicerce, minha força e meu socorro, tendo o controle de tudo. A Ele seja a honra, a glória e o louvor para sempre.

A minha mãe, dona Rosiêda, que sempre me apoiou, me ajudou e me consolou nos momentos difíceis, sempre orando pela minha vida.

Ao meu querido pai, seu José, pelo seu esforço e amor, que me proporcionou todas as oportunidades para garantir uma vida melhor.

Aos meus irmãos Renan e Samara, por estar sempre presente na minha vida.

Ao meu companheiro de vida, Zairon Vitor, que me ajudou a passar pelo processo de formação, sendo meu lar nos momentos difíceis.

Ao meu orientador Major Ramalho por todos os conselhos repassados durante a orientação e pelo conhecimento compartilhado que me ajudaram no processo de produção da pesquisa.

A minha querida amiga de curso e de vida Thalita, que sempre esteve presente durante minha jornada no CFO.

Aos meus amigos que sempre estiveram presentes durante toda minha caminhada, compartilhando momentos felizes e difíceis, com seriedade e alegria, sendo alívio para minha vida.

Aos policiais militares pertencentes ao 1º RPMONT e Divisão Veterinária por colaborarem para a produção da presente pesquisa científica, auxiliando na construção do conhecimento e do meu crescimento profissional.

A todos que colaboraram direta e indiretamente durante minha jornada no CFO.

“A compaixão para com os animais é das mais nobres virtudes da natureza humana”.
(Charles Darwin)

RESUMO

A Polícia Militar do estado do Maranhão atua diretamente para a manutenção da ordem pública, por meio de policiamento treinado com capacidade técnica e tática adequada para combater e evitar todo e qualquer tipo de crime e/ou delito, objetivando o cumprimento das leis e a garantia da segurança e da vida da população, podendo realizar intervenções com tropas a pé e/ou montadas, visando a promoção da ordem pública e a convivência pacífica entre a população. As operações militares realizadas com a cavalaria contribuem eficazmente para o sucesso da missão, o que implica diretamente a necessidade de executar estudos sistemáticos sobre a aquisição de cavalos, o seu processo de doma, bem como o seu manejo sanitário, nutricional e reprodutivo. Para direcionar a construção do presente estudo, tomou-se como base, a seguinte pergunta norteadora: Que tipo de modalidade de reposição de equinos, entre reprodução e compra, é mais viável para o 1º Regimento de Polícia Montada do Estado do Maranhão (1º RPMONT) para a atividade de policiamento montado, considerando aspectos econômicos? A busca para responder esse questionamento, tomou como base o objetivo geral de investigar a modalidade mais viável para a reposição de equinos, entre reprodução e compra, para o 1º Regimento de Polícia Montada do Estado do Maranhão (1º RPMONT), considerando aspectos econômicos. Justifica-se a escolha do tema, pelo fato de que a cavalaria é solicitada cotidianamente para desenvolver diversas ações no contexto da Polícia Militar do Maranhão, atuando de modo geral, em ações de restabelecimento e manutenção da ordem pública. A metodologia utilizada tem como objetivo investigar e analisar dentre as modalidades de reprodução e compra, qual é a alternativa mais viável de reposição de equinos para o 1º Regimento de Polícia Montada do Estado do Maranhão. Os procedimentos utilizados para coleta de dados tiveram como base levantamentos bibliográficos para composição investigativa da temática abordada e, além disso utilizou-se como metodologia de busca, a realização de pesquisa de caráter exploratório que tem como finalidade examinar o tema em análise por meio de uma abordagem quantitativa. Observando os custos relacionados às duas metodologias estudadas, após contabilização dos dados coletados, concluiu-se que a metodologia mais viável para reposição de equinos é a compra, como pode-se observar nos dados apresentados na presente pesquisa.

Palavras-chave: polícia; cavalaria; reprodução; compra; reposição.

ABSTRACT

The Military Police of the state of Maranhão acts directly for the maintenance of public order, through trained policing with adequate technical and tactical capacity to combat and prevent any type of crime and/or crime, aiming to comply with the laws and guarantee of the safety and life of the population, being able to carry out interventions with troops on foot and/or mounted, aiming at the promotion of public order and peaceful coexistence among the population. Military operations carried out with cavalry effectively contribute to the success of the mission, which directly implies the need to carry out systematic studies on the acquisition of horses, their taming process, as well as their sanitary, nutritional and reproductive management. To guide the construction of the present study, the following guiding question was taken as a basis: What type of equine replacement modality, between reproduction and purchase, is more viable for the 1st Regiment of Mounted Police of the State of Maranhão (1st RPMONT) for mounted policing activity, considering economic aspects? The search to answer this question was based on the general objective of investigating the most viable modality for the replacement of horses, between reproduction and purchase, for the 1st Regiment of Mounted Police of the State of Maranhão (1st RPMONT), considering economic aspects? The choice of theme is justified by the fact that the cavalry is requested daily to develop several actions in the context of the Military Police of Maranhão, acting in general, in actions to restore and maintain public order. The methodology used with the objective of investigating and analyzing among the modalities of reproduction and purchase which is the most viable alternative of replacement of horses for the 1st Regiment of Mounted Police of the State of Maranhão. The procedures used for data collection were based on bibliographic surveys for investigative composition of the theme addressed and, in addition, an exploratory research was used as a search methodology, which aims to examine the theme under analysis through a quantitative approach. Observing the costs related to the two methodologies studied, after accounting for the collected data, it was concluded that the most viable methodology for equine replacement is purchase, as can be seen in the data presented in this research.

Key words: police; cavalry; reproduction; purchase; replacement.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1 – Lei Orçamentária Anual 2021..... | 24 |
| Figura 2 – Despesas da PMMA no ano de 2021 | 27 |
| Figura 3 – Cronograma de vacinação equinos..... | 48 |
| Figura 4 – Planejamento Alimentar | 49 |
| Figura 5 – Entrada do 1º RPMONT | 56 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 1: Definição de Eficiência | 19 |
| Quadro 2: Características essenciais para um cavalo militar | 32 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| Gráfico 1 – Raça do equino, segundo militares do 1º RPMONT da PMMA no ano de 2022 | 70 |
| Gráfico 2 – Altura mínima da cernelha do equino, segundo militares do 1º RPMONT da PMMA, no ano de 2022 | 71 |
| Gráfico 3 – Sexo dos equinos para a compra, segundo militares do 1º RPMONT da PMMA, no ano de 2022. | 71 |
| Gráfico 4 – Idade do equino para compra, segundo militares do 1º RPMONT da PMMA, no ano de 2022..... | 72 |
| Gráfico 5 – Pelagem do equino, segundo militares do 1º RPMONT da PMMA, no ano de 2022. | 73 |
| Gráfico 6 – Aprumos do equino, segundo militares do 1º RPMONT da PMMA, no ano de 2022. | 73 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1 – Média salarial da equipe do 1º RPMONT no ano de 2021 | 60 |
| Tabela 2 – Custo da equipe de militares | 61 |
| Tabela 3 – Custo da medicação/vermifugação | 62 |
| Tabela 4 – Custo da nutrição anual para um potro | 62 |
| Tabela 5 – Custo da equipe de militares | 62 |
| Tabela 6 – Custo da medicação/vermifugação | 63 |
| Tabela 7 – Custo da nutrição anual..... | 63 |
| Tabela 8 – Custo da equipe de militares | 64 |
| Tabela 9 – Média salarial do policial militar da instituição no ano de 2021 | 64 |
| Tabela 10 – Custo do profissional domador..... | 65 |
| Tabela 11 – Custo da medicação/vermifugação/suplementação. | 66 |
| Tabela 12 – Custo da nutrição anual..... | 66 |
| Tabela 13 – Custo da equipe de militares | 67 |
| Tabela 14 – Custo do Profissional domador..... | 67 |
| Tabela 15 – Custo da medicação/vermifugação/suplementação | 68 |
| Tabela 16 – Custo da nutrição | 68 |
| Tabela 17 – Custo médio total, em real, para a criação de um equino no 1º RPMONT | 69 |

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

| | |
|-----------|--|
| CME | Comando de Missões Especiais |
| LOA | Lei Orçamentária Anual |
| MAPA | Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento |
| NORCE | Normas para controle dos equídeos no Exército Brasileiro |
| PMMA | Polícia Militar do Maranhão |
| PM | Polícia Militar |
| QOAPM | Quadro de Oficiais Administrativos da Polícia Militar do Maranhão |
| QOSPM | Quadro de Oficiais de Saúde da Polícia Militar |
| QOPM | Quadro de Oficiais Policiais Militares |
| QPPM | Quadro de Praças Policiais Militares |
| RAFCA | Regulamento de Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria |
| SRD | Sem Raça Definida |
| UGE | Unidade gestora do estado |
| 1º EPMONT | 1º Esquadrão de Polícia Montada |
| 1º RPMONT | 1º Regimento de Polícia Montada |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 15 |
| 2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | 19 |
| 2.1 Princípio da eficiência..... | 19 |
| 2.2 Orçamento Público..... | 22 |
| 2.3 Gestão de Custo | 25 |
| 3. FUNDAMENTOS DO POLICIAMENTO MONTADO | 28 |
| 3.1 Equinos nas forças de segurança pública..... | 28 |
| 3.2 Características do equino para a atividade policial militar..... | 30 |
| 3.3 O 1º Regimento de Polícia Montada do Estado do Maranhão..... | 32 |
| 4. REPOSIÇÃO DE EQUINOS NAS POLÍCIAS MILITARES: COMPRA E REPRODUÇÃO | 36 |
| 4.1 Compra direta | 36 |
| 4.1.1 Vantagens e desvantagens | 40 |
| 4.2 Reprodução no 1º RPMONT | 41 |
| 4.2.1 Gestação e parto | 43 |
| 4.2.2 Desmame | 44 |
| 4.2.3 Período de doma montada | 45 |
| 4.2.4 Vantagens e desvantagens | 49 |
| 5. METODOLOGIA | 52 |
| 5.1 Procedimentos metodológicos | 52 |
| 5.2 Contexto empírico/locus da pesquisa | 56 |
| 5.3 Instrumentos e técnicas | 56 |
| 5.3.1 Questionário | 56 |
| 5.3.2 Análise dos dados | 56 |
| 6. ANÁLISE DE RESULTADO | 58 |
| 6.1. Cálculo do custo do equino criado no 1º RPMONT..... | 58 |
| 6.2. Identificação das características do equino no processo de compra | 69 |
| 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 75 |
| REFERÊNCIAS | 77 |
| APÊNDICE | 82 |

| | |
|---|-----------|
| APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFISSIONAIS DO 1º RPMONT PARA A DEFINIÇÃO DE CARACTERÍSTICAS DO EQUINOS PARA A COMPRA | 83 |
| APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO | 85 |

1 INTRODUÇÃO

A Polícia Militar do Estado do Maranhão atua diretamente para a manutenção da ordem pública, por meio de policiamento treinado com capacidade técnica e tática adequada para combater e evitar todo e qualquer tipo de crime e/ou delito, objetivando o cumprimento das leis e a garantia da segurança e da vida da população, podendo realizar intervenções com tropas a pé e/ou montadas, visando à promoção da ordem pública e a convivência pacífica entre a população.

A tropa montada conhecida como *cavalaria* – palavra de origem sânscrita *akva*, cuja acepção é combater em vantagem – realiza atuação decisiva quanto ao enfrentamento direto em situações de tumulto e desordem a fim de dispersar a população e inibir a ação dos contraventores que ao visualizarem a tropa hipomóvel tendem a desistir da ação de desordem, interrompendo assim a ação criminosa.

Historicamente a utilização dos cavalos por seres humanos acontece há mais de centenas de anos, o que implicou em transformações radicais na rotina destes animais, que ao serem domesticados passaram a ter suas características originais estudadas, fator que possibilitou a criação de diversas raças, criadas com a finalidade de adaptarem-se às mais diferentes atividades.

Inicialmente, os equinos foram domesticados para serem utilizados como meio de transporte ou no campo na execução de atividades ligadas a agropecuária, posteriormente, percebeu-se nesse animal a versatilidade em possibilidades quanto a sua utilização, como, por exemplo, em guerras, como pode-se verificar ao longo da história antiga. Por meio da força das cavalarias muitas batalhas e conflitos foram decididos e estão até hoje eternizados. Durante os séculos, essa forma de utilização modernizou-se, e atualmente, os equinos integram um grupo de elite da cavalaria e participam ativamente de conflitos tanto nos exércitos brasileiros, quanto na Polícia Militar (PM).

As operações militares realizadas com a cavalaria contribuem eficazmente para o sucesso da missão, o que implica diretamente a necessidade de executar estudos sistemáticos sobre a reposição de cavalos, o seu processo de doma, bem como o seu manejo sanitário, nutricional e reprodutivo. Falar sobre a forma de obtenção de novos equinos implica na elaboração de ações ligadas a manutenção e manejo desses animais dentro da PM, a fim de proporcionar uma melhoria no batalhão quanto ao número de tropas existentes, o bem-estar desses

animais que poderão ter escalas de trabalho e um maior cuidado e acompanhamento, além disso, compreender sobre a reposição de novos equinos pode auxiliar quanto a diminuição de custos para a PM que poderá investir em uma forma de obtenção que possa trazer mais benefícios a longo prazo.

O presente estudo constrói-se pautado na seguinte pergunta norteadora: Que tipo de modalidade de reposição de equinos, entre reprodução e compra, é mais viável para o 1º Regimento de Polícia Montada do Estado do Maranhão (1º RPMONT) para a atividade de policiamento montado, considerando aspectos econômicos?

A construção da presente pesquisa realiza-se mediante o objetivo geral de investigar a modalidade de reposição de equinos mais viável, entre reprodução e compra, para o 1º Regimento de Polícia Montada do Estado do Maranhão (1º RPMONT) para a atividade de policiamento montado, considerando aspectos econômicos.

Foram elaborados os seguintes objetivos específicos para uma melhor compreensão das informações a serem coletadas: levantar os dados sobre as formas de reposição de equinos pelo 1º RPMONT; comparar os modelos de reposição de compra e reprodução de equinos para uso policial militar para 1º RPMONT; elencar aspectos positivos e negativos das modalidades de reprodução e compra.

Justifica-se a escolha do tema, porque a cavalaria é solicitada cotidianamente para desenvolver diversas ações no contexto da Polícia Militar do Maranhão, atuando de modo geral, em ações de restabelecimento e manutenção da ordem pública, sendo ponto decisivo na introdução e continuidade ou não do estado de desordem, além de participar de eventos cerimoniais, patrulhamento diário, entre outras ações que integram a rotina de um batalhão.

Ao utilizar os equinos em ocorrências policiais, a PM ganha uma grande vantagem e potencializa a atividade policial preventiva e repressiva qualificada, o que demonstra a relevância destes animais no trabalho da polícia militar. Essas informações são corroboradas com os dados de maior redução da criminalidade como crimes de furtos graças à aplicação de módulos móveis, de motos e do emprego da cavalaria para prevenção (PARANÁ, 2020).

Não obstante, no contexto de São Luís – MA, o 1º RPMONT é responsável pela cavalaria há mais de 35 anos e enfatiza a relevância dos serviços

prestados por essa companhia a toda sociedade maranhense no combate à criminalidade, desenvolvendo suas atividades com empenho e eficácia.

Tendo isto em vista, e com o anseio de otimizar o trabalho de reposição de novos equinos pelo 1º RPMONT, faz-se necessário analisar a melhor dinâmica a ser adotada mediante a seguinte perspectiva: que desde a década de noventa, Alonso (1999) afirmava em seus trabalhos que o custo do serviço público é o fator determinante para que o Estado possa realizar o serviço público de forma eficiente. Sendo assim, corrobora-se a concretização desta análise que irá conhecer e comparar as modalidades de reposição de novos equinos para compreender qual a mais viável para o regimento, uma vez que serão dirimidos os gastos do serviço público e obter-se-á uma maior eficiência dos animais.

A presente monografia encontra-se dividida em seis capítulos para melhor compreensão da temática abordada. O segundo capítulo versa sobre a administração pública, fazendo referência ao princípio da eficiência que perpassa inicialmente pela compreensão da definição de eficiência, enquanto elemento indissociável da realização exitosa de toda e qualquer atividade seja esta individual ou coletiva, além de apresentar o conceito de orçamento público e uma análise sobre gestão de custo.

O capítulo três apresenta a importância dos equinos para as forças de segurança pública, destacando a ação da cavalaria no policiamento militar, como elemento presente nas maiores instituições policiais do mundo, além de explicitar as principais características dos equinos aptos para a atividade policial militar. O supracitado capítulo finaliza-se com a descrição de informações concernentes ao 1º RPMONT da Polícia Militar do Maranhão.

O quarto capítulo discorre sobre a REPOSIÇÃO DE EQUINOS NAS POLÍCIAS MILITARES, por meio das modalidades de compra e reprodução, referenciando como ocorre o processo de reposição nas referidas modalidades para o Regimento. No capítulo cinco encontram-se as análises dos cálculos relacionados à criação de equino no 1º RPMONT na PMMA e dos dados obtidos referentes a respostas dos questionários aplicados aos policiais militares da unidade onde se efetuou a pesquisa científica, quanto às características físicas referentes à compra.

O capítulo seis contempla a metodologia utilizada para coleta de dados que teve como base levantamentos bibliográficos para composição investigativa da temática abordada e, além disso utilizou-se como metodologia de busca, a

realização de pesquisa de caráter exploratório que tem como finalidade examinar o tema em análise através de abordagem quantitativa.

2 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Entende-se por serviço público, conforme definição de Carvalho Filho (2019, p.339) “toda atividade prestada pelo Estado ou por seus delegados, basicamente sob regime de direito público, com vistas à satisfação de necessidades essenciais e secundárias da coletividade”. A Administração Pública presta os serviços públicos, direta ou indiretamente, por meio de agentes públicos ou por terceiros, sempre visando o interesse público e o bem comum de todos. O presente capítulo aborda aspectos indissociáveis inerentes à administração pública, a saber: princípio da eficiência, orçamento público e gestão de custo.

2.1 Princípio da eficiência

A análise do princípio da eficiência no âmbito da administração pública, perpassa inicialmente pela compreensão da definição de eficiência, enquanto elemento indissociável da realização exitosa de toda e qualquer atividade seja esta individual ou coletiva.

A tabela a seguir, apresenta definições de eficiência, construídas por diferentes autores que dialogam entre si e contribuem para uma melhor compreensão da importância desse princípio, em especial ao que compete a gestão pública.

Quadro 1: Definição de Eficiência

| ANO | AUTOR | DEFINIÇÃO DE EFICIÊNCIA |
|------|-------------------------|--|
| 2016 | Justen Filho | Eficiência é a utilização de recursos econômicos da forma mais produtiva possível e com o alcance dos melhores resultados, proibindo-se o desperdício e a má utilização dos recursos para o atendimento das necessidades da sociedade. |
| 2016 | Carranza | A eficiência é mensurada por uma instituição pública quando, no cumprimento de sua missão, mais pessoas são beneficiadas e os cidadãos são atendidos com qualidade. |
| 2013 | Sano e Montenegro Filho | Quando se avalia a eficiência de um processo não se observa apenas a ocorrência de desperdícios ou desvios dos recursos, mas também a comparação da eficiência alcançada em relação às outras organizações. |
| 2009 | Fagundes e Moura | Para uma melhor compreensão do termo “eficiência”, deve-se considerar em uma análise contextual estudo dos |

| | | |
|------|--------------|---|
| | | custos, insumos, quantidade e qualidade dos resultados a serem almeçados. |
| 2006 | Motta | Eficiência configura-se como o esforço da Administração Pública para inculir em suas decisões e condutas aspectos de qualidade e máxima produtividade, sempre com o objetivo de atender com excelência o interesse público. |
| 2005 | Nobre Júnior | Eficiência é a análise dos aspectos positivos e negativos entre os custos despendidos e as vantagens alcançadas, com a expectativa de se obter um resultado favorável ao final. |
| 2001 | Leite | Eficiência vincula-se a obrigação da Administração Pública em cumprir seus deveres da forma mais eficiente possível para atender aos interesses da sociedade. |
| 1995 | Sander | Eficiência é o processo econômico que demonstra a capacidade administrativa de realizar o máximo de resultados com o mínimo de recursos, energia e tempo. |

Fonte: Elaborado pelo autor, com base na pesquisa de Fontenele (2011).

Após um maior embasamento à cerca da definição de eficiência para uma melhor análise discursiva dessa temática, deve-se perpassar pela compreensão da definição de Administração Pública, conceituada pela Lei 8.666/93, que versa da seguinte forma:

Administração Pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e das fundações por ele instituídas ou mantidas (BRASIL, 1993).

A administração pública tem por finalidade primeira a promoção e garantia do interesse público, prerrogativa assegurada pela Constituição Federal no seu artigo 175. É dever do Estado prestar serviços públicos que atestem os direitos sociais da população, de tal ordem que estes consigam atender a todas as demandas necessárias para sua sobrevivência, salvaguardando o princípio da eficiência e ainda “a observância dos princípios expressos da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”, previstos no art. 37, Caput da Lei Maior, concernentes à Administração Pública (AREND, 2020).

A construção da presente pesquisa aprofundar-se-á na conceituação do princípio da eficiência, estabelecido através da Emenda Constitucional Nº 19/1998, que responsabiliza o Poder Público de desenvolver todas as suas ações com primazia pela eficiência dos serviços prestados, mediante o aperfeiçoamento da máquina pública, através do uso dos mais variados recursos tecnológicos para ampliar a qualidade dos serviços oferecidos, sendo para tanto, realizado avaliações constantes e sistematizadas, para que através dos dados coletados, possa-se analisar a necessidade de implementação de melhorias que melhor atendam as demandas apresentadas pela coletividade.

Carlos (SOUZA, 2007), na apresentação de suas análises, com base na legislação vigente, expõe que o Princípio da Eficiência, está diversas vezes associado à custos e despesas, tendo como função prioritária ser o referencial no que compete a utilização e aplicabilidade dos recursos oriundos da Administração Pública, corroborando com esta inferência, Arend (2020) discorre que este princípio representa na Constituição Federal a bússola norteadora para a execução das atividades administrativas do estado.

A consolidação do Princípio da Eficiência enquanto princípio constitucional implica diretamente na observância da legalidade, uma vez que serão ponderadas de forma clara todas as despesas e receitas públicas, buscando alcançar sempre uma realização efetiva das atividades administrativas, sob os aspectos da “agilidade, esmero, otimização e redução de desperdícios quanto ao erário público” (TRINTA, 2013, p. 13).

Torna-se válido ressaltar que o princípio da eficiência aproxima a garantia de direitos expressos na Constituição da aplicabilidade real destes, posto que não havendo uma implicação a efeito de lei quanto a eficiência dos serviços prestados à população, todas as obrigações do Estado para com a disponibilização de serviços seria apenas uma letra morta, pois o mesmo poderia fazê-la de forma negligenciada e/ou o que é ainda pior não fazê-la sob qualquer hipótese.

A prerrogativa acima descrita acompanha também a premissa sinalizada por Arend (2020), de outro problema que demora e/ou inviabiliza a eficácia do serviço público oferecido aos usuários - a excessiva burocracia - que permeia de forma exacerbada todas as negociações no Brasil e impossibilita a realização de ações mais rápidas às demandas necessárias a cada cidadão.

Machado (2009) citado por Fontenele (2017) versa a respeito do Princípio da Eficiência como a necessidade “do agente público de realizar suas obrigações de maneira célere e com o mínimo desperdício possível”, para promover uma melhor e mais eficaz prestação de serviços à população, fazendo com que a máquina pública promova o alcance dos melhores resultados, mediante a utilização dos recursos liberados pelo Estado.

2.2 Orçamento Público

Carvalho (2010) *apud* Fontenele (2017) estabelece o seguinte conceito para Orçamento Público:

[...] mecanismo permanente, diligente e adaptável utilizado, em um determinado exercício financeiro da Administração Pública, para indicar as receitas que serão arrecadadas e determinar as despesas a serem realizadas no exercício financeiro subsequente, sempre visando o benefício da sociedade.

A Controladoria Geral da União (2019) estabelece que Orçamento Público consiste na ferramenta utilizada pelo Governo Federal para ponderar, analisar e estabelecer prazos e metas de forma responsável e planejada, quanto ao manejo dos impostos e tributos arrecadados para oferecer serviços públicos básicos e fundamentais à sociedade com qualidade e excelência. Além da obrigatoriedade em apresentar as prioridades de investimento escolhidas pela Administração Pública.

Ainda de acordo com a Controladoria-Geral da União, o Orçamento Público prevê tanto as receitas que a Administração Pública espera arrecadar (mesmo com as variações anuais das finanças públicas) quanto as despesas a serem efetuadas com o recurso (despesas que são fixadas para garantir que a Administração Pública não tenha gastos maiores do que a arrecadação dos recursos financeiros) (FONTENELE, 2017, p. 27).

Orçamento Público, de acordo com o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (2015) constitui-se como resultado do plano orçamentário do governo, que contempla o teto de gastos e as despesas dos serviços públicos para um ano fiscal e que deve ser equilibrado com a arrecadação de receitas esperadas. Neste orçamento estão previstos todos os recursos recebidos pela Administração Pública e qual será o seu destino.

O Orçamento Público, segundo a Escola Nacional de Administração Pública (2014) é o instrumento legal/constitucional mais utilizado ao longo da história para a manutenção do equilíbrio das contas do Estado, sendo utilizado pelos administradores públicos para sistematizarem seus ativos financeiros. A cada ano é estabelecido como uma lei específica para destinar a receita e fixar as despesas para um ano fiscal pré-especificado.

No Brasil, o orçamento público é regulamentado por leis de iniciativa do Poder Executivo, que apresentam como instrumento de planejamento e orçamento dos recursos e despesas do País. A Constituição Federal de 1988 estabelece em seu Art. 165 as seguintes leis:

I - o plano plurianual;

II - as diretrizes orçamentárias;

III - os orçamentos anuais.

§ 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

§ 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

[...]

§ 5º A lei orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público (BRASIL, 1988).

O Plano Plurianual é a lei que estabelece de forma regionalizada as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal, estadual e municipal, onde por meio da referida lei são estabelecidas orientações para a execução dos programas de governo.

Para a execução do Plano plurianual a Constituição estabelece a Lei de Diretrizes Orçamentária, que tem como objetivo orientar os gastos e despesas da

administração pública de modo que haja uma previsão de metas e prioridade para o ano posterior a elaboração da lei.

Importante componente do orçamento público, a LOA (Lei Orçamentária Anual) ratifica-se mediante artigo Nº 165, parágrafo 2º, da Constituição da República Federativa do Brasil e também alinha-se à Lei Federal Nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estabelece as normas gerais para a elaboração, execução e controle orçamentário da União, dos Estados e dos Municípios, ou seja a LOA determina o quantitativo dos orçamentos dos Estados, sendo elemento imprescindível para o cálculo das receitas e despesas do Executivo.

Posterior à compreensão sobre orçamento público, faz-se necessário analisar esses conhecimentos aplicados para a extensão do Estado do Maranhão que no ano de 2020, teve seu orçamento aprovado para o exercício financeiro do ano de 2021, em sessão plenária realizada no dia 30 de dezembro de 2020, por meio da Lei 11.405/2020 (LOA), de autoria do Poder Executivo. A receita estimada e a despesa fixada foram da ordem de R\$ 21.518.303.400,00 (Vinte e um bilhão, quinhentos e dezoito milhões, novecentos e três mil e quatrocentos reais) (ALEMA, 2021).

A Lei Orçamentária Anual do Estado do Maranhão estimou no ano de 2021 um total de 1.100.775.954 (um bilhão, cem milhões, setecentos e setenta e cinco mil e novecentos e cinquenta e quatro reais) que seriam repassados para a Polícia Militar do Maranhão, divididas em despesas de Pessoal e Encargos Sociais, Despesas Correntes e Investimentos como podemos observar na figura 1.

Figura 1: Lei Orçamentária Anual 2021.

| EXERCÍCIO DE 2021 | | R\$ 1,00 | | |
|--|----------------------------|-------------------------|------------------|----------------------|
| DEMONSTRATIVO DETALHADO DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS | | | | |
| Recursos de Todas as Fontes | | | | |
| Lei nº 4.320/64, Art. 2º, §1º, Anexo 2 | | | | |
| 19110 - Polícia Militar do Estado | | | | |
| CÓDIGO | ESPECIFICAÇÃO | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | GRUPO DE DESPESA | CATEGORIA ECONÔMICA |
| 3.0.00.00.00 | Despesas Correntes | | | 1.097.059.454 |
| 3.1.00.00.00 | Pessoal e Encargos Sociais | | 998.700.000 | |
| 3.1.90.00.00 | Aplicações Diretas | 998.700.000 | | |
| 3.3.00.00.00 | Outras Despesas Correntes | | 98.359.454 | |
| 3.3.90.00.00 | Aplicações Diretas | 98.359.454 | | |
| 4.0.00.00.00 | Despesas de Capital | | | 3.716.500 |
| 4.4.00.00.00 | Investimentos | | 3.716.500 | |
| 4.4.90.00.00 | Aplicações Diretas | 3.716.500 | | |
| TOTAL | | | | 1.100.775.954 |

Fonte: SEPLAN (2021).

O quantitativo destinado à segurança pública merece observação especial, uma vez que a presente investigação assume como objetivo primeiro, compreender o custo mais viável para a reposição de equinos, entre as modalidades de reprodução e compra, para o 1º Regimento de Polícia Montada do Estado do Maranhão.

2.3 Gestão de Custo

Nos dias atuais observa-se uma abrangência muito grande quanto ao cálculo e análise de custos. “Uma simples averiguação de caráter pessoal permitirá constatar que nossas decisões diárias de todos os tipos envolvem em maior ou menor escala a variável custos” (BERTÓ; BEULKE, 2017, p. 16). No segmento organizacional das grandes empresas, bem como na gestão dos recursos públicos os custos estão vinculados a maioria das tomadas de decisões diárias. Nas pesquisas de Dos Santos e Voese (2019) verifica-se que:

A legislação referente à obrigatoriedade de apuração de custos iniciou em 1964, a partir da promulgação da Lei nº. 4.320. Em 1967, o Decreto-Lei nº. 200 ampliou o campo de aplicação da sistemática de custos. Em 1986, o Decreto nº. 93.872 regulamentou a obrigatoriedade do uso no âmbito Federal. Em 2000, a Lei Complementar nº. 101 (LRF) novamente apresentou a obrigatoriedade da apuração de custos no âmbito Nacional. Em 2001, a Lei nº. 10.180, trouxe a obrigatoriedade do Sistema de Contabilidade Federal registrar e evidenciar os custos dos programas e atividades no âmbito Federal. Em 2009, o Decreto nº. 6.976, regulamentou a Lei nº. 10.180. Em 2011, a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº. 1.366, estabeleceu critérios para mensurar custos no setor público Nacional, e neste mesmo ano a Portaria MF-STN nº. 157 criou o Sistema de Custos no âmbito XXVI Congresso Brasileiro de Custos – Curitiba, PR, Brasil, 11 a 13 de novembro de 2019 do Governo Federal. Em 2018, a Portaria STN nº. 518, aprovou o Manual de Informações de Custos do Governo Federal (MIC), o qual apresenta critérios e características para apuração de custos, a partir do uso do SIC, incluindo a recomendação de etapas para a sua implementação.

Para melhor entendimento sobre a gestão de custos, é necessário compreender os conceitos de "custo" e "despesa" isoladamente. Fontenele (2017) define custo como a destinação financeira para a aquisição de insumos e recursos que são próprios para a realização das atividades de uma determinada empresa e/ou organização, enquanto que despesa, segundo o Conselho Regional de

Contabilidade do Estado de São Paulo (1992) é o conglomerado de gastos que incidem sobre o produto até o momento em que o mesmo esteja apto para a comercialização.

O Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro (2014) ao definir despesas, afirma que esta relaciona-se com os gastos efetuados para a aquisição de bens ou serviços que serão aplicados nas áreas administrativa, comercial ou financeira de uma organização.

Para a gestão do orçamento na esfera da Polícia Militar, Minas Gerais apresenta documento intitulado - Regulamento de Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria (RAFCA), validado pela Resolução 3.316, de 06 de setembro de 1996, que apresenta no seu art. 3º os objetivos do orçamento da PM, a saber:

Art. 3º - O Sistema de Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria da Polícia Militar (AFCAPM) objetivará, dentro dos princípios fundamentais da Administração Estadual:

I - assegurar a execução financeira do Orçamento Geral do Estado no que diz respeito à Polícia Militar, compreendendo tal procedimento a administração direta dos recursos orçamentários postos à disposição do órgão;

II - assegurar a execução financeira dos Planos, Programas, Projetos e/ou Atividades a cargo da Corporação, à conta de outros recursos;

III - supervisionar a administração financeira de entidades da Administração Indireta vinculadas à Polícia Militar;

IV - assegurar o controle financeiro interno de todos os recursos de qualquer origem, geridos diretamente, e dos recursos orçamentários postos à disposição das entidades de Administração Indireta vinculadas à Polícia Militar [...] (POLÍCIA MILITAR, 1996).

No Estado do Maranhão, não há nenhuma resolução específica estadual que regularize a gestão de orçamento dentro da Polícia Militar. Contudo, a instituição apresenta portarias que visam à gestão orçamentária interna, como Portaria nº 011/2008- GCG – que regulamenta a descentralização financeira e orçamentária da Corporação; Portaria nº 006/2009 – GCG – que determina a realização, por parte dos Comandantes de Policiamento Regionais (CPRs), de auditoria administrativa, orçamentária e financeira nas Unidades Policiais Militares do âmbito de responsabilidade do respectivo Comando de Policiamento Regional e Portaria nº 14/2018-GCG – que estabelece o limite máximo de 25% do orçamento anual de cada UGE da Polícia Militar do Maranhão.

Além dos setores financeiros de cada unidade policial, a instituição apresenta a Diretoria de Finanças, setor este responsável pela gestão dos recursos financeiros que são repassados para a Polícia Militar, que posteriormente são distribuídos para as unidades.

No Portal Transparência do Estado do Maranhão constam os recursos financeiros repassados para a Polícia militar do Maranhão no ano de 2021, onde totalizou 995.947.600,55 (novecentos e noventa e cinco milhões, novecentos e quarenta e sete mil, seiscentos reais e cinquenta e cinco centavos), como podemos verificar na figura 2.

Figura 2: Despesas da PMMA no ano de 2021.



Fonte: Portal da Transparência (2022).

Os recursos financeiros destinados ao 1º RPMONT no ano de 2021 de acordo com dados fornecidos pela Diretoria de Finanças da PMMA totalizaram 1.013.149,04 (um milhão, treze mil, cento e quarenta e nove reais e quatro centavos), não incluindo os medicamentos veterinários voltados para o cuidado com o equino. Esse valor equivale 0,10% de todo o recurso financeiro destinado a PMMA no ano de 2021.

3 FUNDAMENTOS DO POLICIAMENTO MONTADO

O policiamento montado, pelos resultados eficazes que proporcionam e pelo custo-benefício que demandam a corporação, constitui-se uma opção viável para o enfrentamento dos índices de criminalidade e promoção da segurança pública. No Brasil seu emprego é destacado nas maiores Corporações das Unidades Federativas, tais como São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e no estado do Maranhão (RODRIGUES, 2020).

O capítulo três apresenta a importância dos equinos nas forças de segurança pública, as características do equino para a atividade policial militar e o histórico do 1º RPMONT, local este em que seu emprego vem contribuindo eficazmente, juntamente com a utilização de novos recursos tecnológicos, para a redução da criminalidade.

3.1 Equinos nas forças de segurança pública

Há mais de dois séculos academias de polícia em todo o mundo fazem uso da cavalaria para ação de prevenção e repressão nas áreas em que localizam-se, atingindo resultados satisfatórios no que se refere a diminuição da criminalidade e aumento da segurança pública, sendo encontradas nas maiores instituições policiais do mundo, como: a Polícia Metropolitana de Nova York, Polícia Metropolitana de Londres, Polícia Francesa, Polícia do Canadá, Carabineiros da Itália, Guarda Nacional Republicana de Portugal, Polícia Montada de Buenos Aires, dentre outras (RODRIGUES e ZARONTONELLI, 1994).

Os exércitos e as polícias empregam cavalos em suas instituições, no entanto, há diversas diferenças entre o uso dos equinos nos dois contextos. De acordo com Norton *et al.* (2018), o exército considera o emprego de unidades hipomóveis em operações de defesa interna, ações de defesa territorial, representação da força e, principalmente, no cerimonial militar. A polícia militar (PM) embora faça o uso parecido se diferencia por manter o foco no serviço policial caracterizado por situações de estresse. Bessa e Leme (2020), afirmam que a PM faz o uso diário das unidades que utilizam o cavalo para o patrulhamento urbano ou rural com missões de restabelecimento da ordem pública e controle de distúrbios civis, que ocorrem com frequência.

Ou seja, enquanto o exército de um modo geral, os utilizam para fins cerimoniais, a polícia militar os mantém visando o serviço policial caracterizado por situações com uma carga maior de exposição, estresse e trabalho nas ruas, o que corrobora para o aumento das variações de temperamento do animal. (NORTON, et al. 2018).

Nesse mesmo contexto de diferenciação, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) do Brasil, classifica os equinos que integram os plantéis do Exército Brasileiro e das Polícias Militares como equinos de trabalho e/ou cavalo militar (BRASIL, 2017). Por outro lado, Bessa e Leme (2020) interveem que como forma de ratificar a diferenciação que ocorre nos dois, o termo melhor empregado para o uso dentro da polícia militar deveria ser de “cavalo policial militar”, o que enfatiza a aplicação prática dos equinos nas atividades realizadas pelas corporações policiais militares.

Além do emprego em cerimoniais militares e em operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), os cavalos que atuam em conjunto com policiais militares participam do serviço de patrulhamento diário, do controle de distúrbios civis em situações de estresse, além de esportes equestres como o hipismo e atividades de equoterapia (SILVA; NETO, 2022).

Estudos realizados com equídeos utilizados no serviço militar, revelam que os cavalos sofrem influência sobre o seu temperamento e o seu bem-estar, de acordo com os fatores genéticos da raça, os aspectos ambientais do local em que vivem, o tipo de estabulagem bem como suas condições, os serviços que são submetidos no seu cotidiano e relação estabelecida com seus domadores e cuidadores.

Sobre esse ponto Silva e Neto (2022) esclarecem que independente da função que o animal exerça dentro da PM, a citar: tração, reprodução, esporte, lazer entre tantas outras, as necessidades básicas de manejo alimentar e sanitário não mudam e devem ser tratadas com responsabilidade por parte dos cuidadores. Nesse sentido, é necessário que se tenha um cuidado com esses animais, bem como, se pense a forma mais eficiente de ocorrer a aquisição dos novos equinos para a tropa, tanto para o aumento da cavalaria que vão conseguir abranger mais áreas de serviços e intercalar os animais quanto para o melhor custo benefício para a instituição.

Nascimento (*apud* RODRIGUES E ZARONTONELLI, 1994, p. 21), concluiu após estudos sobre o efeito prático dos cavalos no âmbito da atividade policial que "o policiamento montado congela o pensamento e esquema de projeto de ação delituosa de delinquentes, fazendo com que desista do ato criminoso. O que não ocorre com outros processos de policiamento". O supracitado autor ressalta que a psicologia explica essa reação dos infratores, frente a cavalaria.

3.2 Características do equino para a atividade policial militar

No processo de reposição dos cavalos destinados ao policiamento, é preciso analisar algumas características que são pertinentes na atuação do equino na atividade que será desempenhada. Silva e Neto (2022), aponta que cada espécie de equinos possui particularidades anátomo-fisiológicas e comportamentais formadas a partir da seleção natural imposta em seus ambientes de origem que devem ser levadas em consideração ao se pensar nos animais, e além disso, que cada indivíduo deve ser visto como ser senciente. Benício (2020) coloca que:

Com relação ao perfil do animal a ser utilizado, o mesmo deve ser calmo, corajoso, tranquilo, sem traumas com relação à água, sacos plásticos, ou quaisquer outros objetos que possam aparecer no teatro de operações de uma situação de controle de distúrbios civis. O equino deve confiar sempre em seu cavaleiro, pois, este que passará os comandos para o animal por meio da ação de mãos, pernas e assento, portanto, deve haver uma harmonia perfeita no conjunto cavalo/cavaleiro.

Tendo isto em vista, os equinos que vão desempenhar os serviços militares devem ser versáteis, apresentando as características desejadas para o cavalo militar de força, resistência, boa morfologia, velocidade, boa saúde, como também, uma característica que os torne excepcionais. Um ponto crucial que pode diferenciar estes animais dos demais é um comportamento franco, isto é, excelente comportamento (NORTON, et al., 2018; SILVA, 2019; BESSA; LEME, 2020).

O desempenho no comportamento superior aos demais, é um ponto crucial para a escolha do equino para fazer parte do processo de policiamento montado, sendo este o ponto de partida para exclusão ou inclusão do animal que caso seja considerado inadequado, se torna inapto ao policiamento. Contudo, este equino pode ainda realizar outras tarefas, tais como esportes, cerimônias, entre outras (BESSA; LEME, 2020).

Atualmente existem no Brasil algumas leis que defendem o Bem-Estar Animal (BEA), tendo início com o Decreto nº 24.645, de julho de 1934. Os cuidados com os animais e mais especificamente com equinos, cada vez mais assumem grande repercussão no meio rural.

Conforme, Senar (2017, p. 13):

O bem-estar animal, quando aplicado aos equídeos nas propriedades rurais, toma como base os cuidados de higiene e segurança, adotando-se medidas preventivas como calendário de vacinação, vermifugação e de higienização do animal e do local de seu manejo. Busca-se evitar, em todas as instalações, a presença de objetos pontudos, arames ou farpas (pontas finas de madeira), além de evitar o acúmulo de lixo que possa ferir o animal. O BEA visa respeitar, acima de tudo, o convívio em liberdade na maior parte do tempo, principalmente com a presença de outros animais, evitando assim o seu isolamento.

O Manual de bem-estar em animais, ressalta que o emprego militar, devido ao estresse a que esses animais são submetidos, requer cuidados especiais:

Os animais militares, diferentemente daqueles de estimação e esporte, possuem o agravante da função imposta, uma vez que são submetidos a intensos treinamentos, rotina sistematizada, confinamento e o trabalho militar em si, que envolve patrulhas, operações de Garantia da Lei e da Ordem e outras situações que podem induzir estresse, com possível desequilíbrio no ritmo circadiano do cortisol (BRASIL, 2020, p.12).

Bessa e Leme (2020) destacam que não existe um documento que regulamente a aquisição dos novos equinos, sendo a proposição de uma diretriz ainda em andamento. Em suas pesquisas no contexto da Polícia Militar de Santa Catarina a compra tem sido o expediente mais utilizado nos processos de remonta do plantel da PMSC. Dentre alguns requisitos da especificação técnica, utilizados no termo de referência para a aquisição de equinos, encontram-se os seguintes itens:

- 1- altura mínima de 1,55 m (um metro de cinquenta e cinco) medidos da cernelha;
- 2- restrições quanto às pelagens conjugadas;
- 3- detalhes sobre comportamento, tais como: ser calmo, ágil, flexível e equilibrado, e ter temperamento e personalidade compatíveis com o manejo.
- 4- Existem outras características desejadas que são objetivas, e visam a aquisição de equinos já iniciados em doma, tais como: aceitar a colocação de bridão ou freio, não reagir a estímulos externos específicos (visuais e sonoros), encontrados em situações de policiamento,
- 5- não possuir comportamentos anormais de baia, ser dócil para o manejo, obedecer e não resistir aos comandos quando montado,

6- permitir o ferrageamento de todos os membros sem a necessidade de contenção (BESSA; LEME, p. 5).

Como estas são características gerais comuns a diversas raças segue abaixo um caminho para facilitar a escolha do animal adequado para desempenhar atividades militares. Este processo pode ser dividido na avaliação de dois itens: características fenotípicas e etológicas.

Quadro 2: Características essenciais para um cavalo militar

| Fenotípicas | Etológicas |
|--|--|
| Estatura: Altura de cernelha superior a 1,52 cm. | Comportamento: Resposta de um indivíduo ao seu ambiente. |
| Perímetro de tórax: Entre 1,70 e 1,80. | Reatividade: Determina a intensidade da reação (Fuga ou luta) frente a estímulos e/ou situações. |
| Pelagens Uniformes: Castanho, Alazão, Preto/Zaino, Tordilho/Branco. | Temperamento: O conjunto de todas as características comportamentais inerentes e adquiridas de um indivíduo. Algumas dessas características podem ser naturais ou o resultado de um longo trabalho de doma racional e progressiva são elas: Calma: Capacidade de compreender e responder as exigências do cavaleiro, com concentração e sem irritação. Franqueza: Pode-se dizer que é uma coragem controlada, muitas vezes natural, consequência da coragem do animal. |
| Andaduras regulares: Passo, Trote e Galope. | |
| Conformação: Cabeça angular sem desvios mandibulares, bons aprumos, cobertura muscular homogênea, cascos rígidos e sem deformidades. | |
| Rusticidade: Capacidade associada a resistência do animal aos desafios de ambiente e manejo. | |

Fonte: SILVA, NETO; 2022.

Silva (2022) destaca que é fundamental para a manutenção e saúde dos equinos mantê-los em condições fisiológicas adequadas e ainda promover a qualidade de vida e o bem-estar destes animais para garantir a manutenção de suas necessidades não somente físicas, mas também mentais.

3.3 O 1º Regimento de Polícia Montada do Estado do Maranhão

A Lei n.º 4.716/1996, criada em 17 de abril de 1986, possibilitou a criação do 1º Esquadrão de Polícia Montada (1º EPMONT). Os primeiros cavalos obtidos por meio de doação foram levados para uma sede temporária situada no Parque da Independência, no entanto, a maioria dos animais apresentou anemia infecciosa,

sendo sacrificado devido ao alto risco de contágio. A partir de 1989, a unidade passou a ocupar a sede, que ainda é hoje - Quartel do Comando Geral – localizado na Av. Jerônimo de Albuquerque, s/n - Calhau, São Luís - MA, 65074-220.

Para atender as necessidades da unidade que se estabeleceu em nova sede, a PMMA criou a seção veterinária subordinada a Diretoria de Apoio Logístico, formada por profissionais recém-integrados no quadro QOSPM, que foram destinados aos cuidados dos equinos e cães pertencentes à instituição que trabalhavam nas atividades da PM, tendo como os primeiros médicos veterinários da instituição o então atual Tenente Coronel da reserva remunerada José Arnodson Coelho de Sousa Campelo, hoje Professor Doutor e diretor do Hospital Veterinário Francisco Edilberto Uchoa Lopes, juntamente com os tenentes César Pires e Júlio César.

O 1º EPMONT experimentou um período sem avanços e crescimento, chegando praticamente a ser considerado extinto em 1990, mas em 1991, após adquirir novos animais, sob o comando do Cel. Ventura – EB, e a uma sequência de incentivos positivos e novos investimentos, o 1º EPMONT deu passos rápidos para atender a demanda de serviços que julgou necessário, restabelecendo-se na sociedade.

Sob o comando do Coronel Mariote, a tropa de equinos não apresentava compatibilidade com o serviço desempenhado pela unidade. Então o oficial determinou a formação de uma comissão de profissionais para fazer a avaliação do processo de compras de novos cavalos, realizando levantamento de valores, dentre outras medidas.

Nos anos de 1993 a 1995 a PMMA realizou a aquisição de novas remontas para atender a demanda de cavalos em seu plantel e ampliou a estratégia e os planos da empresa para uma regulamentação efetiva. Ao mesmo tempo, a agência tem trabalhado arduamente para treinar seu pessoal, enviando equipes para realizarem, cursos especializados nas áreas de equitação e policiamento.

O ano de 1995 é marcado por denúncias e investigações. A comissão parlamentar de inquérito, que na época realizava verificações concernentes à compra de cavalos e ração com preços muito maiores aos praticados no mercado em geral, abriu inquérito para averiguar os preços superfaturados, encontrados nos registros de compra do 1º EPMONT.

Após esse episódio, iniciou-se um processo de criação para uma diretriz de planejamento, direção, condução e controle das atividades de suprimentos e aquisição de equinos e ração como forma de regular esses itens, por meio de portaria alinhada às normas para controle de equídeos da PMMA, além disso, o 1º EPMONT passou a receber ração através da diretoria de apoio logístico que adquire o produto em forma de licitação pública. Essas medidas auxiliaram o 1º EPMONT no planejamento e execução de seus serviços, que desde então vem sendo desempenhado com idoneidade e transparência quanto aos custos.

Paralelamente, o 1º EPMONT destaca-se também no setor do lazer e desporto, desempenhando um papel importante nas relações públicas graças à prática de desporto equestre desenvolvida pela Escolinha de Equitação PMMA. Dentre às possibilidades que existem através da prática deste esporte, destaca-se a viabilidade da participação de civis nos esquadrões, proporcionando um ambiente envolvente em que a sociedade possa participar das instalações, entender as rotinas das unidades, sua importância para a grande ilha e, portanto, manter o PMMA próximo à população e com uma imagem positiva diante da sociedade.

Sob o comando do Tenente-Cel. QOPM Nildson Lenine Rabelo Pontes, em 15 de junho de 2018, através da Medida Provisória – Nº 280/2018, o 1º EPMONT ganhou novos contornos e transformou-se no 1º RPMONT.

Sediado no município de São Luís, o 1º RPMONT configura-se como um espaço acolhedor que conecta a cidade e os moradores com o Complexo Policial Militar, elemento integrante do planejamento da 5ª Seção/EMG, garantindo melhor proteção para a população e aumentando a eficiência dos serviços fornecidos pelo regimento.

O 1º RPMONT conta com um efetivo de 82 policiais militares, possuindo 59 prontos para a atividade de policiamento montado no período em que a pesquisa foi aplicada. São profissionais que possuem diversos cursos voltados para a atividade de policiamento montado e cuidados com o equino. Dentre eles podemos citar o Curso de tropa Montada da PMMA, Curso de tropa Montada da PMBA, Curso de Choque Montado da PMPI e Instrutor de Equitação (Exército brasileiro). Esses cursos abordam conhecimento teórico e prático sobre tiro policial montado, abordagem montada e policiamento comunitário, além de conhecimentos voltados para o cuidado com o cavalo (hipoterapia, higiene e profilaxia de doenças equinas).

O 1º RPMONT possui atualmente um quantitativo de cinquenta equinos, divididos conforme as atividades desempenhadas na unidade. São 17 animais voltados para a atividade de policiamento montado, 06 animais voltados para atividade de equitação e 13 animais voltados para atividade de equoterapia. No batalhão existem 03 equinos considerados inservíveis e um de propriedade particular. Os demais animais são potros que nasceram no ano de 2021 e 2022, sendo animais em desenvolvimento e que não exercem atividades na cavalaria.

Do total de cavalos presentes no regimento, somente 34% é destinado ao policiamento montado, não sendo utilizado o efetivo total para atender a finalidade do regimento. A unidade atualmente é formada por animais com idades variadas, alguns apresentam mais de 20 anos de idade, o que torna a tropa de equinos, formada por animais acima da idade ideal para exercer com eficiência a atividade de policiamento montado, considerado já idoso, pois este tipo de animal apresenta expectativa de vida de 25 a 30 anos.

4 REPOSIÇÃO DE EQUINOS NAS POLÍCIAS MILITARES: COMPRA E REPRODUÇÃO

Para a manutenção do policiamento montado na corporação, a reposição de equinos apresenta-se como medida fundamental, pois o cavalo é o elemento básico desse tipo de policiamento. Silva e Neto (2022) informam que a forma de ingresso dos animais na PM, pode variar bastante entre as unidades de cavalaria, ocorrendo comumente por meio de três métodos: a aquisição direta por meio da compra, por meio de doações ou por meio de programas de reprodução, em que os potros nascem e são iniciados e domados já no ambiente militar. O presente capítulo apresenta as especificidades, referente a compra e reprodução que constituem objeto de estudo da presente pesquisa.

Antes de adentrar sobre as formas de reposição dos equinos é importante pontuar, que dada as dimensões do Brasil e as especificidades de cada região, além das particularidades de cada unidade de cavalaria, cada caso apresenta suas especialidades, inclusive, aqui no estado do Maranhão.

4.1 Compra direta

A compra direta é uma das opções de reposição de equinos dentro das policias militares, pois ela permite que haja a aquisição desses animais por meio de processo licitatório, utilizando recursos financeiros do estado, constituindo carga da Policia Militar, caracterizando como bem da administração pública, sendo necessário contrato sujeito a regime jurídico especial. Para José Roberto Dromi (1975), a licitação pública compreende:

(...) procedimento administrativo pelo qual um ente público, no exercício da função administrativa, abre a todos os interessados, que se sujeitem às condições fixadas no instrumento convocatório, a possibilidade de formularem propostas dentre as quais selecionará e aceitará a mais conveniente para a celebração de contrato (DROMI 1975, p. 92 apud. DI PIETRO, 2016, p.411).

Por meio da licitação a Administração Pública permite a igualdade de competição para todos os que têm interesse em oferecer produtos/serviços ao poder público, sem que haja vantagens para partes específicas. Esse mecanismo de

compra tem como finalidade a garantia do princípio constitucional da isonomia, na aplicação da proposta mais vantajosa para a administração, como pode ser observado no Artigo 11º da Lei nº 14.133 de 2021:

- I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;
- II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;
- III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;
- IV - incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável. (BRASIL, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021).

De acordo com a referida lei, a licitação possui as modalidades pregão, concorrência, concurso, leilão e diálogo competitivo. A escolha da aplicação da modalidade será definida pela natureza do objeto a ser adquirido, não importando o valor da contratação.

Para a escolha da proposta mais viável, o dispositivo legislativo dispõe de critérios de julgamento, que serão utilizados no momento da análise das propostas apresentadas, como intuito de aplicar o projeto mais adequado as atividades que serão desempenhadas pela Administração Pública. Os critérios definidos em lei são menor preço, maior desconto, melhor técnica ou conteúdo artístico, técnica e preço, maior lance no caso de leilão e maior retorno econômico (DANTAS et al., 2021).

Para a aquisição de equinos, a modalidade descrita em lei, é o pregão, sendo está aplicada a bens e serviços comuns. Para a aplicação do processo a lei faz a divisão em sete fases, as quais abordaremos abaixo conforme lei federal de nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Fase interna/preparatória

Nessa fase a administração pública realiza o planejamento da licitação, formulando plano orçamentário, exposição de motivos da contratação, definição de objeto de contratação, declaração de adequação orçamentária, dentre outros. Na fase interna a administração pública elabora o edital usado durante o processo, bem como a minuta de contrato, quando for necessário, que constará como anexo do edital.

Divulgação do edital

A divulgação do edital é o início da fase externa da licitação, onde a administração pública convoca os interessados a participarem do processo, dando oportunidade das empresas em se prepararem para concorrer à licitação. A divulgação deve ser feita obrigatoriamente no site oficial do Portal nacional de contratações públicas e facultativamente no site oficial do órgão licitante. O inteiro teor do instrumento convocatório deve estar disponível no mesmo local em que a licitação será realizada, para que todos os interessados tenham conhecimento. É obrigatória a publicação do extrato do edital, no caso do Maranhão, no Diário Oficial do Estado (BRASIL, 2021).

Apresentação das propostas

Essa é a fase em que o poder público recebe as propostas dos interessados, realizando a comparação com base no critério de julgamento, que no caso do pregão, critério de menor preço, sendo classificado as propostas e posteriormente a definição da melhor para o produto/serviço requerido.

Julgamento

O ente público que lançou a licitação avalia a regularidade formal e material das propostas, verificando qual delas atendem os critérios estabelecidos pelo edital. As propostas não podem apresentar risco insanável, desrespeito aos requisitos requeridos no certame em relação às especificações técnicas, apresentar preços inexequíveis correspondendo a valores acima daqueles estabelecidos pelo ente público ou incompatibilidade com as propostas do edital, sob risco de desclassificação, caso ocorra.

Habilitação

Nessa fase ocorre a análise da documentação dos interessados que apresentaram propostas, a fim de verificar os critérios necessários para a contratação com o poder público, ocorrendo a avaliação pela comissão, sendo

requeridos documentação de habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômica financeira, regularidade fiscal, social e trabalhista.

Fase recursal

Os interessados que não tiveram sua proposta selecionada por apresentarem alguma irregularidade na fase de julgamento, habilitação ou ato que determine a anulação, podem adentrar com recursos a fim de ter suas propostas reavaliadas, possuindo três dias úteis para ser interposto, contado a partir da lavratura da ata.

Homologação

Após conclusão, finalizado o processo, o envio é feito para autoridade superior do órgão organizador do processo, que realiza a verificação da formalidade de todas as fases anteriores, conforme princípios constitucionais e normas legais. A autoridade pode tomar medidas durante esse processo, sendo elas: sanar vícios que podem ser solucionados, com o retorno dos autos para a comissão a fim de sanar as irregularidades; revogação da licitação por motivos de conveniência e oportunidade; anular licitação por ofício ou conveniência de terceiros; e homologar a licitação consolidando a empresa selecionada no certame.

Apesar de ser uma alternativa de reposição de equino para o 1º RPMONT, esta modalidade de aquisição não foi efetuada no período estudado pela pesquisa, não possuindo dados que constate o custo benefício da compra direta por meio da licitação. Para a verificação desse modelo de aquisição voltado para a reposição dos equinos dentro do Regimento, é necessário realizar o Estudo Técnico Preliminar, para investigar a viabilidade técnica da contratação bem como embasar o termo e referência, sendo este objeto de obrigatoriedade no processo licitatório. (BRASIL, 2021).

Não se sabe a existência de um Memorial Descritivo que apresente as exigências da compra como tipo de estabulagem, nível de doma, idade, pelagem e altura mínima, bem como não apresenta nos seus registros um termo de referência para identificar as características do cavalo destinado ao policiamento ostensivo, devido à ausência de respostas da seção de arquivo morto da Polícia Militar do

Estado do Maranhão, onde foi protocolado um documento, solicitando esses arquivos, mas até a data da finalização da redação da presente monografia, o mesmo não obteve resposta. O documento citado é feito quando há processos licitatórios, mas a última compra (aquisição de equinos) ocorreu em meados de 1990, não sendo, portanto, encontrados dados de referência.

Na fase preparatória é importante fazer o levantamento dos riscos, através de documento de análises de riscos com a finalidade de detectar fatores que possam comprometer o sucesso da licitação.

O ente público necessita fazer o levantamento de mercado, para estipular o valor do produto/serviço que será adquirido para a administração pública, a fim de não ter produtos acima do valor de mercado.

A presente pesquisa apresenta no capítulo seis a análise dos dados coletados referentes a características físicas a serem definidas no processo de compra para aquisição de equinos.

4.1.1 Vantagens e desvantagens

Todo processo de reposição de equinos possui aspectos negativos e positivos que precisam ser verificados para a aplicação do processo mais viável para o Estado. No processo de compra foram verificadas as seguintes vantagens e desvantagens:

Vantagens

- Ampliação das vantagens econômicas para a administração pública, onde a aplicação da modalidade Pregão, do tipo menor preço ou maior desconto;
- A ampliação do universo de licitantes, por meio do Pregão eletrônico, com participação de fornecedores de outros estados da Federação;
- Modalidade de reposição da tropa de equino mais rápida se for comparada com a reprodução, devido a inexistência do tempo gasto com a criação do equino;
- Redução de custo para a instituição devido à inexistência de gastos no processo de criação, pois os animais adquiridos por intermédio de compra, já chegam ao regimento com idade acima dos 3,5 anos;

- Possibilidade de escolha da raça destinada as atividades de policiamento montado, com características que atendam a esse fim.

Desvantagens

- Os equinos adquiridos por meio de compra podem apresentar comportamento inadequado ou estereotipados, necessitando de atenção no processo de doma para adequação das atividades;
- O excesso de regras e formalidades do processo licitatório pode gerar lentidão durante o processo de compra, devido ao excesso de papelório e documentação;
- Pode haver demora na entrega do produto, devido a problemas logísticos, que podem ocorrer quando a empresa licitante for de outro Estado.

4.2 Reprodução no 1º RPMONT

A reprodução dos equinos no 1º RPMONT é a forma de reposição mais praticada na unidade. Nessa modalidade, o equino já nasce inserido no contexto da Polícia Militar, chegando à fase adulta domado e pronto para uso, no entanto, é necessário um longo processo que inicia em achar o par ideal de macho e fêmea para a reprodução, depois a gestação da égua, a criação e doma do potro e os cuidados necessários até a fase adulta, o que implica diretamente no aumento dos custos à unidade (SILVA; NETO, 2022).

No 1º RPMONT, o processo de reprodução se inicia através da escolha do garanhão e da égua que gerarão o equino que receberá treinamento para as atividades fins da unidade. Os animais são submetidos à fase de monta natural, onde, no momento em que a fêmea equina está em período fértil, coloca-se o garanhão no mesmo local para a realização da cobertura, permitindo assim, o uso racional do garanhão, além de aproveitar o período natural e ideal de concepção da égua (DE SOUSA RESENDE *et al.*, 2017).

A execução de atividades específicas a serem realizadas pelos cavalos recebe influência direta da sua composição genética, pois características físicas e comportamentais são determinantes no processo de treinamento e atuação do cavalo de policiamento. Um exemplo de característica que pode ser alcançada com

seleção e melhoramento genético é a baixa reatividade ou comportamento de fuga, necessário para o cavalo policial (LIMA, 2017).

Borges (2015, p. 33) descreve o macho e a fêmea ideais para a reprodução da seguinte forma:

O garanhão ideal seria aquele com três anos ou mais, com bom temperamento, saudável, com aparelho reprodutor funcional, apresentando sêmen de qualidade (análise quantitativa e qualitativa), boa genética e morfologia e com bom desempenho competitivo. A égua ideal entraria na reprodução a partir dos três aos cinco anos, tendo de preferência 18 anos no máximo, saudável, aparelho reprodutor funcional e boa conformação de vulva, boa habilidade materna, boa genética e morfologia e bom desempenho competitivo.

Para alcançar o êxito no tocante a reprodução dos equinos, em ambiente controlado, é importante que o profissional tenha conhecimento em diversas áreas, como anatomia reprodutiva, fisiologia, endocrinologia, prevenção de doenças, dentre outros, a fim de que possa identificar de forma ágil e eficiente os diversos aspectos relacionados à procriação do equino (LEY, 2004).

O início da atividade sexual da fêmea equina é variável conforme a raça. Mas de modo geral, as éguas apresentam manifestações de cio em média antes dos 24 meses de idade. Porém, para a reprodução é necessário que haja desenvolvimento suficiente das estruturas físicas e equilíbrio das taxas hormonais que permitam a viabilidade do processo de gestação, o que ocorre geralmente com 36 meses de idade (SILVA et al., 1998).

As éguas são animais poliéstricas estacionais, ou seja, apresentam atividade ovulatória em períodos que recebem mais luminosidade. Dos fatores que afetam diretamente o período reprodutivo da fêmea equina, dentre outros, está à luminosidade, nutrição e temperatura, sendo estes elementos observados por meio do manejo reprodutivo, pela equipe de profissionais especializados, que visam o controle do ciclo estral da égua para o um resultado satisfatório na reprodução. (DE SOUSA RESENDE *et al.*, 2017).

O equino macho apresenta amadurecimento sexual em média aos 21 meses de idade, período este que pode variar entre 14 a 24 meses de acordo com a raça. O garanhão reprodutor precisa apresentar condições físicas e de fertilidade adequadas para a reprodução, além da sua libido, que deve ser observada quando colocado na presença da égua em período fértil.

De acordo com Mc Donnell *et al.* (1995), o equino reprodutor, quando sente a presença da égua em estado de cio, tem o aumento das concentrações de testosterona, do comportamento sexual e da agressividade. Dentro do regimento, isso se apresenta como um problema, devido aos danos materiais causados pelo animal, pelo difícil controle de seu comportamento nessas ocasiões.

4.2.1 Gestação e parto

Após a cruza entre os genitores, caso haja concepção, inicia-se o processo de gestação da égua, que leva em média 336 dias (11 meses). No regimento, a égua é afastada de suas atividades de policiamento, permanecendo sem exercê-las a partir do 6º mês de gestação, a fim de evitar esforços excessivos que possam levar ao aborto (SILVA *et al.*, 1998). Ela permanece nessa condição até o 6º mês de vida do potro. Nessa fase, a fêmea necessita de cuidados específicos, sendo observada uma série de restrições e exigências no manejo nutricional e sanitário, que proporcionam boas condições para a gestação do equino.

No período gestacional, o ideal é colocar a égua em um piquete que possua uma forração de forrageira adequada que supra a necessidade nutricional desse animal, conciliando com os minerais. A partir de um terço final da gestação aplica-se uma suplementação concentrada, para suprir a exigência nutricional, que aumenta devido à fase ser a de maior crescimento do equino que está sendo gerado (VITAL, 2021). A suplementação concentrada é retirada da alimentação da égua em média sete dias antes do parto e sete dias posterior ao parto, a fim de evitar distúrbios intestinais no potro.

O manejo sanitário nas éguas gestantes é realizado conforme calendário de vacinação, onde periodicamente são aplicadas doses para combater os vermes, e ao final da gestação o animal recebe dose de reforço. Para prevenção, é aplicada a medicação Pneumabort k + 18, a fim de evitar processos de abortos indesejáveis.

Após o parto, adotam-se três medidas fundamentais para garantir a saúde do potro recém-nascido. A primeira é garantir que o potro ingira o colostro produzido pela égua, pois é por meio dessa substância que há a absorção dos anticorpos que irão garantir a defesa de seu organismo. A segunda é a cura do umbigo, que deve ser realizada várias vezes durante os três primeiros dias de vida do equino. A terceira é a eliminação do mecônio, que são as primeiras fezes no potro, sendo

necessária a verificação, para que caso não ocorra, haja intervenção da equipe veterinária, com o objetivo de retirada da substância (BREDA, 2020, p. 33).

Após os sete dias de nascimento do potro, a égua volta a receber suplementação concentrada, para suprir as necessidades nutricionais advindas do período de amamentação.

Durante os três primeiros meses iniciais, os potros tem a maior parte de sua alimentação restrita ao leite materno, de onde retiram-se os nutrientes necessários ao seu crescimento e desenvolvimento durante esse período, sendo amamentado em média por 180 dias (CUNHA, 1991). A introdução de alimentos volumosos e ração se fazem a partir do segundo mês, de maneira gradual, para não causar um desenvolvimento acelerado que gere problemas ortopédicos durante essa fase (FRAPE, 2008).

4.2.2 Desmame

Por volta dos 6^o ao 8^o mês após o nascimento do equino, a égua começa a perder os nutrientes que tem no leite, não possuindo mais elementos que atendam às necessidades nutricionais do potro, o que interfere diretamente no desenvolvimento do animal, além de afetar o peso da égua, que emagrecerá devido ao gasto energético empenhado na amamentação. (MARTIN *et al.*, 1980).

Para o bom desenvolvimento do potro, é preciso atentar para a execução do desmame, que tem sua aplicação correta quando o animal apresenta amadurecimento fisiológico suficiente do sistema digestório para o processo (CINTRA, 2011). Faz-se necessário em ambientes controlados, o acompanhamento por uma equipe de profissionais veterinários capacitados, pois a separação do animal da égua genitora pode gerar doenças, estresses, perdas de peso e baixa de imunidade, afetando diretamente no desenvolvimento do equino, podendo apresentar casos de subdesenvolvimento e desnutrição (GEOR *et al.*, 2013).

O Manual de Boas Práticas de Manejo em Equideocultura aborda o processo de desmame e diz que para que a separação não seja traumática para o animal, necessita-se que durante a fase de desmame, o potro seja colocado juntamente com a égua genitora em local com outros animais na mesma condição, proporcionando a familiarização com os outros equinos. Antes do início do desmame, é inserido no local um equino macho com função de cavalo guardião,

sendo este bem mais velho e extremamente dócil, que trabalhará estabelecendo as diretrizes para os potros, guiando estes animais. Segundo o Manual:

Potros devem ser desmamados em grupo. Preferencialmente permanecendo juntos a cavalos adultos que lhes são conhecidos, que são calmos e tranquilos. Estes adultos servirão de “padrinhos”, auxiliando no aprendizado e passando segurança aos potros. Também é importante que os potros permaneçam em ambiente já conhecido, recomendamos que no desmame as mães sejam removidas para outro piquete. Este tipo de manejo aumenta o grau de bem-estar dos potros. Potros e potras podem ficar juntos no grupo de desmame até 12 a 16 meses, depois separados em grupos de acordo com o sexo. As fêmeas se juntam às outras éguas e os machos inteiros isolados, em grupo, dos demais animais. Machos inteiros que permanecem juntos após o desmame, ficam acostumados com o manejo em grupo e possuem maior grau de bem-estar que cavalos mantidos isolados (BRASIL, 2017, p. 38).

O correto manejo alimentar durante os 12 meses iniciais de vida é fundamental para o equino, pois é o período de maior desenvolvimento do potro, podendo ser aproveitado o máximo de seu potencial genético, através da correta distribuição de nutrientes, que atenderá a exigência do seu organismo em desenvolvimento.

4.2.3 Período de doma montada

Para a inicialização do equino nas atividades de policiamento montado, necessita-se primeiro trabalhar a quebra do instinto natural do animal em se afastar de qualquer ameaça que possa gerar riscos. O homem para o animal representa uma dessas ameaças. Para isso, inicia o processo de doma, que constitui estabelecer uma comunicação entre homem e cavalo com o objetivo de amansar e socializar o equino, para que ele corresponda a estímulos instigados pelo sujeito, obedecendo a comandos. Para esse procedimento, há diversas modalidades que visam adestrar o equino, com diferentes técnicas de manejo, também conhecida como doma.

A cavalaria trabalha seus equinos em conformidade com a Lei Estadual, nº 10.169 do ano 2014, que visa à proteção de todos os animais, apresentando a seguinte redação:

Art. 2º É vedado: I - ofender ou agredir fisicamente os animais, sujeitando-os a qualquer tipo de experiência, prática ou atividade capaz de causar-lhe

sofrimento ou dano, bem como às que provoquem condições inaceitáveis de existência; II - manter animais em local desprovido de asseio ou que lhes impeçam a movimentação, o descanso ou os privem de ar e luminosidade; III - obrigar os animais a trabalhos excessivos ou superiores às suas forças e a todo ato que resulte em sofrimento para deles obter esforços que não se alcançaria senão com castigo; IV - não propiciar morte rápida e indolor a todo animal cujo abate seja necessário para consumo; V - sacrificar animais em situação de permissibilidade legal, sem as cautelas de exame prévio e atestados emitidos por profissionais da área da medicina veterinária, especialmente com uso de veneno ou métodos não preconizados pela Organização Mundial de Saúde e Unidades de Vigilância de Zoonoses; VI - vender ou expor à venda animais em áreas públicas sem a devida licença de autoridade competente; VII - enclausurar animais conjuntamente com outros que os molestem; VIII - exercitar cães conduzindo-os presos a veículo motorizado em movimento; VIX - qualquer forma de divulgação e propaganda que estimule ou sugira qualquer prática de maus-tratos ou crueldade contra os animais. X - realizar ou promover lutas entre animais da mesma espécie ou de espécies diferentes em locais públicos e privados; XI - extermínio de animais, exceto nas hipóteses previstas em Lei e sob o método aceitável de Eutanásia (MARANHÃO, 2014).

Dessa forma, dentro do 1º RPMONT, a doma utilizada para o adestramento do equino configura-se como racional, onde o domador procura estabelecer um elo de confiança, por meio de métodos específicos, nos quais utiliza-se a pressão como instrumento de controle e o alívio como forma de recompensa, não utilizando a violência para que haja resposta aos comandos emitidos. São respeitados os limites do animal, utilizando uma comunicação que os equinos compreendam (RAMOS, 2005).

Os exercícios de treinamento são caracterizados pela repetição e condicionamento, sendo um processo gradual e suave, aplicados de forma paciente, a fim de assegurar o estabelecimento da relação entre homem e cavalo, de maneira não traumática para o equino. No processo de aprendizagem do animal nessa modalidade, há a aplicação de uma situação prática e depois a repetição da mesma, fazendo com que haja a mudança de comportamento, que devido à reiteração, consolida o processo de modificação.

No 1º RPMONT, o equino começa o processo de doma logo nos primeiros meses de vida, com o objetivo de desenvolver as primeiras interações com o ser humano. Entretanto, nesta fase, não há uma atividade periódica entre o domador e o cavalo, sendo os exercícios desenvolvidos esporadicamente. A doma efetivamente tem suas atividades aplicadas com frequências definidas, por volta de 30 meses de idade, quando o profissional domador aplica treinamentos voltados para a aceitação do contato e dos comandos emitidos pelo homem, com estímulos variados que

estabeleçam confiança na relação, não havendo neste momento, a monta no equino.

A fase da doma com o homem efetivamente montado no equino tem início no regimento por volta dos 36 meses de idade, quando as placas epifisárias já estão completamente fechadas, indicando que as estruturas físicas estão consolidadas, podendo receber cargas sem que haja alterações nas estruturas ósseas, não havendo comprometimento dos aprumos (GODOY, 2004).

O manejo sanitário básico é fundamental para assegurar a saúde do equino e das pessoas que trabalham diretamente com o cavalo, sendo um conjunto de medidas profiláticas e práticas de higiene aplicadas a fim de garantir a boa saúde dos animais, abrangendo cuidados com instalações, equipamentos e locais de alimentação, dentre outros, a fim de evitar o surgimento de doenças e afecções que possam atingir aqueles que estão em contato direto com o ambiente (TORRES; JARDIM, 1985).

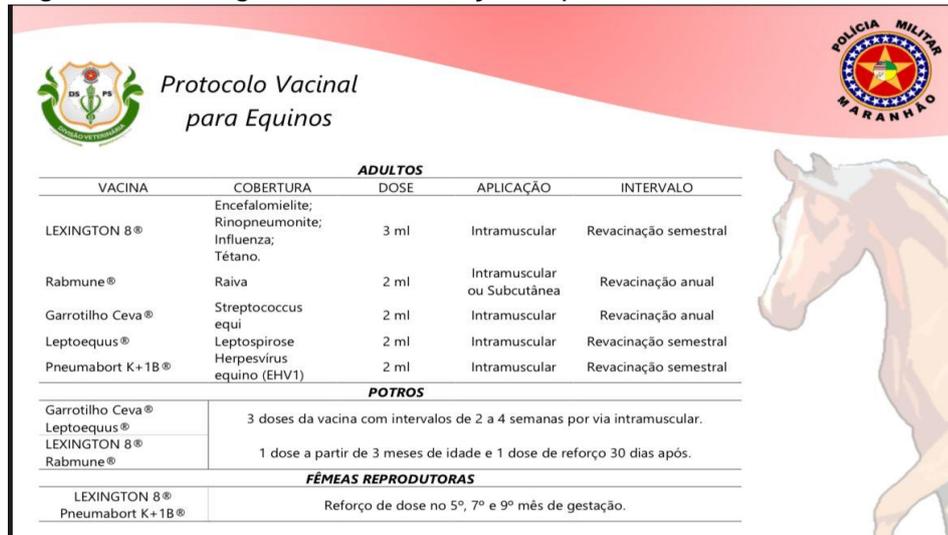
No período de doma, o cavalo é usado frequentemente, devido à periodicidade dos treinos. Para isso, o processo de escovação precisa ser feito antes de ser colocada a cela, com a finalidade de retirada os pelos mortos, ciscos e sujeiras que possam causar algum tipo de machucado. Após o uso do animal, a escovação é realizada para a retirada do suor, a fim de não formar crostas quando seco, causando lesões no equino, quando utilizado nos trabalhos do regimento. O banho é feito após a escovação.

Os cuidados com o casco do equino também constituem uma prática higiênica adotada no regimento de maneira rotineira, que quando realizada de maneira correta traz muitos benefícios para o animal (CANTO *et al.*, 2006). Devido à preparação para as atividades de policiamento montado, faz necessário adotar cuidados com o casco do animal com frequência, realizando a limpeza, tratamento das lesões e o casqueamento, a fim de assegurar a saúde do animal. No 1º RPMONT da PMMA, existem dois profissionais militares qualificados para essa atividade.

A saúde do equino está ligada diretamente com o seu bem estar. Por isso, os cuidados sanitários são essenciais para prevenir doenças causadas por parasitas, vírus ou bactérias. Em locais controlados é orientada a formulação de calendários profiláticos, que visam à aplicação de medicamentos e substâncias aos quais atuarão na promoção da saúde do animal (GONÇALVES, 2021). Na divisão

veterinária da Diretoria de saúde e promoção social da PMMA, as aplicações ocorrem de maneira periódica, possuindo um calendário de vermifugação e vacinação, com descrição das vacinas que são utilizadas, sendo estas seguidas de maneira rigorosa, para a garantia da saúde do animal, conforme observado na figura 3.

Figura 3: Cronograma de vacinação equinos.



| Protocolo Vacinal para Equinos | | | | |
|---|--|------|-----------------------------|-----------------------|
| ADULTOS | | | | |
| VACINA | COBERTURA | DOSE | APLICAÇÃO | INTERVALO |
| LEXINGTON 8® | Encefalomielite; Rinopneumonite; Influenza; Tétano. | 3 ml | Intramuscular | Revacinação semestral |
| Rabmune® | Raiva | 2 ml | Intramuscular ou Subcutânea | Revacinação anual |
| Garrotinho Ceva® | Streptococcus equi | 2 ml | Intramuscular | Revacinação anual |
| Leptoequus® | Leptospirose | 2 ml | Intramuscular | Revacinação semestral |
| Pneumabort K+1B® | Herpesvirus equino (EHV1) | 2 ml | Intramuscular | Revacinação semestral |
| POTROS | | | | |
| Garrotinho Ceva® Leptoequus® LEXINGTON 8® Rabmune® | 3 doses da vacina com intervalos de 2 a 4 semanas por via intramuscular. | | | |
| | 1 dose a partir de 3 meses de idade e 1 dose de reforço 30 dias após. | | | |
| FÊMEAS REPRODUTORAS | | | | |
| LEXINGTON 8® Pneumabort K+1B® | Reforço de dose no 5º, 7º e 9º mês de gestação. | | | |

Fonte: Divisão veterinária da PMMA (2022).

É importante destacar o trabalho da equipe veterinária no manejo sanitário, pois esses profissionais, de acordo com Rollin (2006 *apud* DOVAL 2008), são os mais qualificados para fornecer orientações sobre as necessidades e comportamento dos animais, pois possuem conhecimento em comportamento, nutrição, anatomia, fisiologia, saúde e doença, que são necessários para promover o bem-estar do animal.

Durante o processo de doma, devido ao alto gasto de energia do animal nos treinos de adestramento, a alimentação fornecida precisa atender as necessidades do crescimento, manutenção e trabalho que são realizados. O balanceamento da alimentação de qualidade permite que haja o equilíbrio dos nutrientes, que agem diretamente quanto ao bem-estar do cavalo e evitam o aparecimento de doenças. Caso não ocorram esses cuidados, o equino estará sujeito a doenças provenientes da baixa nutrição (BROOM; FRASER, 2010). Para Andriguetto (2002), a ingestão de alimentos por esses animais varia de 1,5% a 3% do seu peso vivo, em matéria seca, onde a quantidade é diferenciada conforme as condições fisiológicas de cada equino.

Figura 4: Planejamento Alimentar.

| <u>Planejamento Alimentar</u> | | | | | | |
|--|---------------|---------------------------------|---------------------------|---------------------------------|---------------|---------------|
| Período: A partir de 17/01/2022 (Segunda-feira). | | | | | | |
| Horário | 06:00h | 09:00h | 12:00h | 15:00h | 18:00h | 21:00h |
| Alimento | Feno | Capim cortado | Ração + Sal Mineral | Capim cortado | Ração | Feno |
| Quantidade | 2,0kg | 11,25kg (1,5 balde preto) | Ração: 2,5kg | 11,25kg (1,5 balde preto) | 2,5kg | 2,0kg |
| *Misturar 100g de sal mineral na paga de ração de 12h, individualmente para cada animal. | | | | | | |
| **Seguir de forma pontual os horários acima. | | | | | | |
| ***O capim deve ser triturado na forrageira, sendo dispensado em casos de força maior. | | | | | | |

Fonte: Divisão veterinária da PMMA (2022).

No regimento, a alimentação é distribuída de forma equilibrada, fornecida seis vezes ao dia, conforme se observa na figura 4, em horários fixos, estabelecidos mediante a rotina diária de hábitos nutricionais, a fim de não modificar os hábitos rotineiros que possam causar estresses aos animais e surgimento de distúrbios gastrointestinais (DURHAM, 2009). Para atender as necessidades nutricionais do equino, no regimento, nos dias de treinos, os animais recebem suplementação, sendo elas $\frac{1}{2}$ de dose de MO Turbo e uma dose de BBKA.

No 1º RPMONT os equinos ficam em média 12 meses em processo de adestramento, realizado de maneira periódica, até que seja inserido nas atividades de policiamento ostensivo montado.

4.2.4 Vantagens e desvantagens

Todo processo de reposição de equinos possui aspectos negativos e positivos, que precisam ser verificados para a aplicação do processo mais viável para o Estado. No 1º RPMONT da PMMA, foi verificado as seguintes vantagens e desvantagens:

Vantagens

- O equino já nasce inserido no ambiente onde irá trabalhar, o que reduz comportamentos inadequados e estereotipados;
- Possibilidade do registro de todo o processo de criação do equino, bem como incidentes ocorridos;
- Controle no processo de doma, com aumento e diminuição da frequência, conforme necessidade;
- Possibilidade da adoção de outras práticas para o desenvolvimento da relação humano-animal.

Desvantagens

- Quantidade de recursos financeiros considerável destinados a reprodução e criação do equino.
- A monta natural possui maior risco de transmissão de doenças venéreas;
- Redução do ganho genético, devido somente um garanhão realizar a cobertura das éguas;
- Inabilidade de seleção dos animais para características além das reprodutivas;
- Taxa de prenhez baixa; devido a presença de somente um equino reprodutor;
- Necessidade de maior espaço, pois de acordo com a condição do equino, eles devem ser colocados em piquetes separados, necessitando de local isolado para éguas em gestação, para éguas em período de amamentação, juntamente com os potros e para os potros em desenvolvimento.
- Gasto de tempo considerável com o processo de reprodução e criação do equino, sendo contabilizados 11 meses com a gestação do potro e 42 meses com a criação até que ele esteja preparado para o policiamento montado, totalizando em média 53 meses (4,5 anos);
- Redução do efetivo de equino disponível para o policiamento montado, pois a partir do 6º mês de gestação, a égua é afastada das atividades de policiamento, ficando em média 12 meses sem atender a finalidade da cavalaria. No ano de 2021, seis éguas estavam afastadas das atividades da cavalaria, devido ao período de amamentação ou de gestação;

- Durante o período de criação, o potro pode apresentar doenças que levem a morte;
- O equino reprodutor macho não assume atividades de policiamento montado devido ao alto grau de reatividade, não apresenta docilidade e calma, características estas essenciais para o policiamento montado, não exercendo as atividades-fim da unidade;
- O equino reprodutor macho possui alta carga hormonal, devido ser um animal não castrado, o que requer uma equipe de profissionais formada por no mínimo 2 policiais para realizar seu manejo;
- O equino reprodutor macho quando deseja fazer a monta nas éguas, apresenta comportamento de difícil controle, sendo causa de danos materiais para a instituição, pois ele quebra potreiro, parede de alvenaria, parede de baia, dentre outros, para realizar a monta;
- O garanhão necessita de cuidados específicos, o que requer maior investimento de recursos materiais para assegurar a saúde para a procriação.

5 METODOLOGIA

O capítulo seis da presente monografia versa sobre a metodologia utilizada com o objetivo de investigar e analisar dentre as modalidades de reprodução e compra, qual é a alternativa mais viável para a reposição de equinos para o 1º Regimento de Polícia Montada do Estado do Maranhão. Os procedimentos utilizados para coleta de dados tiveram como base levantamentos bibliográfico e documental para composição investigativa da temática, sendo utilizada uma abordagem quantitativa para realização das análises financeiras.

5.1 Procedimentos metodológicos

A presente pesquisa possui natureza básica estratégica, sendo um estudo teórico que pode ser usado eventualmente na prática para verificar a viabilidade nos modos de reposição de equino dentro da PMMA.

A presente pesquisa desenvolveu-se mediante carácter exploratório, com a finalidade de compreender e apresentar proposições assertivas e eficazes sobre a temática em estudo, utilizando para análise os dados coletados provenientes da pesquisa de campo.

A metodologia empregada fundamentou-se em ampla pesquisa de fontes bibliográficas e documentais, como: editais de referência e registros veterinários. Buscou-se também identificar as necessidades do 1º Regimento de Polícia Montada do Estado do Maranhão (1ºRPMONT), quanto às características desejadas para os cavalos policiais militares, mediante estudo comparando-se os dois modelos de aquisição (compra versus reprodução de cavalos). Verificou-se a viabilidade destes dois modelos para encontrar aquele que apresenta maior eficácia no quesito economia.

A metodologia procedimental deste estudo é realizada por meio de pesquisa bibliográfica (fontes secundárias), com o uso de artigos científicos, livros de autores consagrados e revistas, com o objetivo de adquirir informações para compor o referencial teórico. Foram pesquisadas obras de autores como: Bénício (2020); Silva e Neto (2022), a fim de fundamentar os processos de criação dos equinos, as características do equino de policiamento, eficiência no setor público e processo licitatório no âmbito da administração pública. As fontes bibliográficas

usadas, dentre outras, foram Lei federal de nº 14.133 de 2021, Normas para controle dos equídeos no exército brasileiro (NORCE) e Lei estadual de nº 10169 do ano 2014.

Foi utilizada pesquisa documental (fontes primárias), sendo realizada análise de conteúdo, a fim de averiguar os aspectos de criação do equino dentro do 1º RPMONT. As fontes de pesquisa documental foram as seguintes: Quadro demonstrativo de efetivo do 1º RPMONT do ano de 2022; Nota fiscal eletrônica do ano de 2021; Nota de empenho do ano de 2021 para aquisição de gênero alimentício animal; Contrato de aquisição de material de consumo; Quantidade prevista de ração, feno e sal mineral para o ano subsequente; Quantitativo de animal do 1º PRMONT da PMMA; Planejamento de vermifugação dos equinos 2022; Protocolo vacinal para equinos e Despesas 2021 do 1º RPMONT/PMMA.

O ambiente no qual desenvolveu-se a pesquisa é o de campo, pois a mesma realizou-se 'in loco', permitindo ao pesquisador a observação do espaço onde a situação problema acontece. Gonçalves (2001, p. 17) citado por Piana (2009), destaca que a pesquisa de campo "[...] exige do pesquisador um encontro mais direto[...]. De tal modo que o pesquisador deve deslocar-se no cenário em que ocorre o fenômeno estudado para conseguir coletar os dados necessários, ou seja, como afirma o supracitado autor "[...] reunir um conjunto de informações a serem documentadas".

As informações extraídas das pesquisas e questionário aplicados 'in loco' foram tabeladas e comparadas com os resultados apresentados pela curadoria, presente neste trabalho no referencial teórico, proveniente do levantamento bibliográfico onde foram consultados artigos publicados, portarias, normas, legislações e manuais atualizados que abordam os processos de compra e reprodução dos equinos.

A abordagem metodológica utilizada é de natureza quantitativa desenvolvida por meio de análises financeiras, que visou estabelecer o custo médio do equino nos modos de reprodução e de compra, sendo extraídos os dados quantitativos por meio de pesquisa documental e mercadológica, visando analisar o modo mais viável para a PMMA. Segundo Apollinário (2004) a pesquisa de cunho quantitativo lida com fatos, portanto, a análise é feita na maioria das vezes por critérios matemáticos, onde as variáveis são rigorosamente determinadas e sua mensuração já deve estar pressuposta pelo próprio método.

Para efetuar os cálculos referentes ao custo do equino dentro do âmbito da PMMA, utilizou-se da fórmula matemática da Média aritmética na pesquisa científica, para determinar o valor da hora trabalhada dos militares envolvidos no processo de criação do equino, considerando os seguintes critérios fixos que fazem parte da remuneração do policial militar:

1 – Soldo mensal

O Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar do Maranhão disposto na lei 6.513/95 elenca no art. 65 que o militar tem direito a remuneração, dentre elas o soldo mensal (MARANHÃO, 1995).

2 – Adicional Férias

O Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar do Maranhão disposto na lei 6.513/95 elenca no art. 69 que o militar tem direito ao adicional de férias (MARANHÃO, 1995).

3 – Gratificação de Natal

A lei nº 4.090 de 1962 institui a gratificação de natal para os trabalhadores (13º salário), sendo este aplicado aos policiais militares do estado do Maranhão, conforme art. 1º da referida lei disposta abaixo:

Art. 1º - No mês de dezembro de cada ano, a todo empregado será paga, pelo empregador, uma gratificação salarial, independentemente da remuneração a que fizer jus.

§ 1º - A gratificação corresponderá a 1/12 avos da remuneração devida em dezembro, por mês de serviço, do ano correspondente.

§ 2º - A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias de trabalho será havida como mês integral para os efeitos do parágrafo anterior.

§ 3º - A gratificação será proporcional:

I - na extinção dos contratos a prazo, entre estes incluídos os de safra, ainda que a relação de emprego haja findado antes de dezembro; e

II - na cessação da relação de emprego resultante da aposentadoria do trabalhador, ainda que verificada antes de dezembro (BRASIL, 1962).

4 – Jornada trabalhada (40 horas semanais)

No Estado do Maranhão, não há lei que regulamente a carga horária de trabalho semanal do Policial Militar, por esse motivo, a pesquisa utilizou como base a lei federal de nº 8.112 de 1990, o qual dispõe sobre o regime jurídico dos servidores civis da União, que estabelece o seguinte:

Art. 19. Os servidores cumprirão jornada de trabalho fixada em razão das atribuições pertinentes aos respectivos cargos, respeitada a duração máxima do trabalho semanal de quarenta horas e observados os limites mínimo e máximo de seis horas e oito horas diárias, respectivamente (BRASIL, 1990).

Para efeito de cálculo considerou-se um mês contendo em média 30 dias, sendo o mês formado por 4,28 semanas. Dessa forma 40h trabalhado na semana multiplicado por 4,28 semanas, tem-se 171,42 horas trabalhadas no mês.

De acordo com os critérios descritos acima, a fórmula matemática utilizada para o cálculo do custo do valor médio da hora trabalhada do policial militar foi a seguinte:

$$Vm = \frac{S+S/12+1/3S/12}{171,42}$$

Onde:
Vm = Valor médio
S = Soldo médio mensal

O cálculo referente à criação do equino utilizou os valores dos produtos relacionados a medicamentos, nutrição e vermifugação disponibilizados pela Divisão Veterinária da PMMA e seção administrativa do batalhão, por meio de nota de empenho e nota fiscal eletrônica do ano de 2021. Foram utilizados dados fornecidos pela Diretoria de Finanças da PMMA, para verificar os recursos financeiros destinados à unidade.

A presente pesquisa apresenta o resultado de aplicação da metodologia acima descrita para a coleta dos dados que compõem o objeto de estudo desta investigação, que é considerado instrumento de análise, o qual permite avaliação para escolha da forma mais viável de reposição de equinos, observando a saúde dos animais, bem como os custos que cada uma das formas implica ao estado.

5.2 Contexto empírico/locus da pesquisa

A presente pesquisa realizou-se no 1º Regimento de Polícia Montada do Estado do Maranhão que está localizado como parte do complexo do Quartel do Comando Geral da PM – MA, na Avenida Jerônimo de Albuquerque, s/nº, Calhau, sendo diretamente subordinado ao Comando de Missões Especiais (CME), que chefia e coordena as unidades de policiamento especializado da PMMA. As atividades desempenhadas nessa unidade têm por finalidade condicionar a tropa humana e animal, para o emprego em ações.

Figura 5: Entrada do 1º RPMONT



Fonte: Instagram.

5.3 Instrumentos e técnicas

5.3.1 Questionário

O questionário aplicado aos policiais militares continha perguntas fechadas, que objetivava a identificação das características físicas do equino para a realização de pesquisa mercadológica, no processo de compra do animal.

A todos os participantes foi entregue um termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) que explicava os objetivos da pesquisa e a sua forma de participação (APÊNDICE B).

5.3.2 Análise dos dados

Os dados coletados por meio dos questionários fechados foram tabelados e analisados estatisticamente por meio do programa de porcentagem e de

frequência, utilizando a ferramenta Word Excel. Os documentos analisados foram submetidos a uma análise de conteúdo, que segundo Bardin (2011), refere-se a uma descrição analítica apresentando as prováveis aplicações da análise de conteúdo como um método de categorias que permite a classificação dos componentes do significado da mensagem em espécie de gavetas. Segundo a autora, uma análise de conteúdo não deixa de ser uma análise de significados, ao contrário, ocupa-se de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo extraído das comunicações e sua respectiva interpretação.

6 ANÁLISE DE RESULTADO

Neste capítulo encontram-se a análise e interpretação dos dados produzidos na presente pesquisa, em que se utilizou como procedimento para coleta de informações a observação não participante e questionário. As análises discutidas nesta seção convergem com a temática abordada e auxiliam a traçar respostas para o problema de pesquisa outrora levantado. Os dados foram transcritos, analisados e interpretados, tendo como base o referencial teórico abordado neste estudo.

Nesta seção serão realizadas as análises dos cálculos relacionados à criação de equino no 1º RPMONT na PMMA e dos dados obtidos referentes a respostas dos questionários aplicados aos policiais militares da unidade onde se efetuou a pesquisa científica, quanto aos custos referentes a compra e reprodução.

6.1 Cálculo do custo do equino criado no 1º RPMONT.

Para o cálculo dos recursos financeiros destinados a criação do equino dentro do 1º RPMONT, foi realizada visitas na unidade e na divisão veterinária da PMMA no mês de setembro do ano de 2022, sendo coletadas informações gerais; dados referentes a notas de empenho, notas fiscais eletrônicas, especificações e quantitativos de materiais do ano de 2021 associados à alimentação, medicação, vermifugação, suplementação do equino; bem como efetivo da unidade, quadro e funções que os militares ocupam e escalas de serviços, sendo todos documentos oriundos da divisão veterinária/seção administrativa, sendo fornecidas pelas equipes de profissionais composta por Oficiais médicos-veterinários e militares integrantes do corpo administrativo do Regimento.

O tempo contabilizado para efetuar os cálculos dentro da pesquisa científica proposta se inicia com o nascimento do equino, sendo finalizado com a inserção do mesmo no trabalho policial militar. Para a realização dos cálculos, foi feita uma divisão de períodos organizados em meses, sendo estes de 0 a 12 meses, de 12 a 24 meses, 24 a 36 meses e 36 a 42 meses.

No projeto de pesquisa proposto, os cálculos foram limitados a três elementos básicos os quais os equinos necessitam para ter o mínimo de condições de desenvolvimento para o serviço fim para quais são treinados. Os elementos são nutrição, medicação/vermifugação/suplementação e despesas de custo de pessoal.

Foram realizados cálculos relacionados ao custo médio de cada elemento a fim de verificar o valor gasto na criação do equino no regimento, não sendo incluídos custos envolvendo outros custos envolvendo outros materiais de manejo, manutenção, medicações e dietas específicas, despesas extras, dentre outros.

Os valores de referência de insumos utilizados durante a criação do equino foram obtidos por registros fornecidos pelas seções administrativa do regimento e divisão veterinária da PMMA. Os referidos documentos continham informações de valores unitários, descrição, e quantidade requerida dos produtos para o uso com o equino.

Para o cálculo de custo referente à nutrição, foi utilizada como referência, a quantidade de alimento por animal, que conta em documento de Quantidade prevista de ração, feno e sal mineral para o ano subsequente, fornecido pela seção administrativa do 1º RPMONT. A coleta de dados foi limitada ao ano de 2021, sendo essas informações usadas como base para a realização dos cálculos desejados. No cálculo não foram considerados dietas individualizadas e específicas para o equino que apresente alguma deficiência nutricional.

Para o cálculo voltado para o custo pessoal do período de 0 a 42 meses, com exceção do profissional domador, foram considerados 47 (quarenta e sete) equinos, sendo este o efetivo de cavalos encontrado na unidade no ano de 2021. Para efeito de cálculo, foi considerado o mês com trinta dias, possuindo 4,28 semanas.

O cálculo do custo da medicação/vermifugação/suplementação para o potro durante o período de 0 a 42 meses do equino, foi baseado nos cronogramas anuais de vacinação disponibilizada pela divisão veterinária, sendo os tipos de vacinas aquelas que são aplicadas regulamente, não contabilizando as que são utilizadas para tratamentos específicos.

Período de 0 a 12 meses

Na pesquisa científica proposta aplicada no 1º RPMONT, o nascimento do equino marca o início da contagem desse período, que se caracteriza pelos processos de amamentação, desenvolvimento e inicialização do processo de doma. O potro fica por 06 meses sendo amamentado pela égua, sendo esta afastada das suas atividades a partir do 6º mês de gestação, permanecendo nessa condição até o

6º mês de vida do potro. Esse animal permanece junto à égua durante todo o processo de amamentação, até o início do processo de desmame.

A doma nesse período é voltada para promover as primeiras interações do equino com o ser humano, o qual se desenvolverá através do manejo inicial básico. Para o cálculo dessa fase foram considerados a nutrição, a medicação/vermifugação e o custo com pessoal que tem suas atividades voltadas a cuidados diários com o animal. A tabela 2 mostra a média do custo nesse período em relação à equipe que trabalha diretamente com o potro, onde o valor médio da hora trabalhada foi calculado pela média salarial dos componentes da equipe descrito na tabela 1, os quais foram utilizados como referência os valores da remuneração dos policiais militares do estado do Maranhão no ano 2021.

A equipe de profissionais voltados a cuidados diários com o equino é composta pelos policiais militares do quadro de QOSPM, QOPM, QOAPM e QPPM, sendo distribuídos por funções de médico-veterinário, enfermeiro-veterinário, cavaliça, ferrador/casqueador e domador. Contudo para os cálculos da equipe da tabela 1, foram considerados apenas os profissionais médico-veterinário, enfermeiro-veterinário, cavaliça e ferrador/casqueador.

Tabela 1: Média salarial da equipe do 1º RPMONT no ano de 2021.

| | Quant. | Posto/Graduação | Remuneração | Total |
|-----------------------|-----------|-----------------|------------------|------------------|
| | 02 | CAP | 10.718,97 | 21.437,94 |
| | 01 | 1º SGT | 7.043,90 | 7.043,90 |
| | 01 | 2º SGT | 6.125,13 | 6.125,13 |
| | 03 | CB | 4.895,89 | 14.687,67 |
| | 08 | SD | 4.558,24 | 36.465,92 |
| Total | 15 | - | 33.342,13 | 85.760,56 |
| Média salarial | | | | 5.717,37 |

Fonte: Elaboração da autora (2022).

Para determinar o valor médio, em real, de uma hora trabalhada, do profissional da equipe da tabela 1, utilizou-se a seguinte fórmula matemática:

$$Vm = \frac{S+S/12+1/3S/12}{171,42}$$

Onde:

Vm = Valor médio

S = Soldo médio mensal

O cálculo do valor médio da hora trabalhada, em real, baseado na remuneração média mensal dos profissionais militares que atuam diretamente com o equino, foi o seguinte:

$$Vm = \frac{5.717,37+5.717,37/12+5.717,37/36}{171,42}$$

$$Vm = 37,05$$

Portanto, o valor médio da hora trabalhada do policial militar que compõe a equipe diária é R\$ 37,05 (trinta e sete reais e cinco centavos).

A equipe de profissionais que trabalham diariamente com o equino nessa fase é composta pelos policiais militares com funções de médico-veterinário, enfermeiro-veterinário, cavalaria, ferrador/casqueador. Na tabela 2 podemos verificar o custo relacionado ao pessoal nessa fase.

Tabela 2: Custo da equipe de militares.

| Período de 0 a 12 meses | | | | | | | |
|-------------------------------|------------------------|------------|-----------|------------|-----------|----------------|---------------------|
| Quant. | Função | Hora (dia) | Custo/Dia | Freq. Sem. | Custo/Mês | Quant. (meses) | Custo Total |
| 01 | Médico-veterinário | 24h | 889,20 | 7x | 26.640,43 | 12 | 319.685,16 |
| 01 | Enfermeiro-veterinário | 24h | 889,20 | 7x | 26.640,43 | 12 | 319.685,16 |
| 02 | Cavalaria | 24h | 1.778,4 | 7x | 53.280,86 | 12 | 639.370,32 |
| 02 | Ferrador/casqueador | 06h | 444,60 | 5x | 9.514,44 | 12 | 114.173,28 |
| Custo total anual | | | | | | | 1.392.913,92 |
| Custo total por equino | | | | | | | 29.636,46 |

Fonte: Elaboração da autora (2022).

Os valores de referência utilizados para a medicação/vermifugação são do ano de 2021, de acordo com nota fiscal eletrônica disponibilizada pela divisão veterinária. Os medicamentos utilizados para o cálculo foram Lexington 8, Rabmune e Handicap. Em condições normais de criação, nessa fase, o potro não necessita de suplementação. Os custos foram calculados para um animal. Na tabela 3, podemos verificar o custo relacionado à medicação/vermifugação nesse período.

Tabela 3: Custo da medicação/vermifugação.

| Período de 0 a 12 meses | | | |
|-------------------------------------|----------------|-----------------------|--------------------|
| Item | Quant. (doses) | Valor unitário (real) | Valor total (real) |
| Lexington 8 | 02 | 97,77 | 195,54 |
| Rabmune | 02 | 48,07 | 96,14 |
| Handicap | 03 | 50,00 | 150,00 |
| Custo total anual por equino | | | 441,68 |

Fonte: Elaboração da autora (2022).

A nutrição diária nessa fase é composta por feno, ração para potro e sal mineral composto. Na tabela 4, podemos verificar o custo relacionado à nutrição nesse período.

Tabela 4: Custo da nutrição anual para um potro.

| Período de 0 a 12 meses | | | | | |
|--------------------------------------|--------------|-----------|---------------------|-----------------------|--------------------|
| Item | Valor (real) | Peso (Kg) | Consumo diário (Kg) | Valor unitário (real) | Valor total (real) |
| Feno Ficon/Coast Cross | 3,00 | 12 | 07 | 0,25 | 1,75 |
| Ração para potro | 5,01 | 25 | 02 | 0,20 | 0,40 |
| Sal mineral composto | 5,43 | 10 | 0,1 | 0,54 | 0,05 |
| Custo total diário por equino | | | | | 2,20 |
| Custo total anual por equino | | | | | 792,00 |

Fonte: Elaboração da autora (2022).

Período de 12 a 24 meses

Nessa fase, são utilizados periodicamente os profissionais com função de médico-veterinário, enfermeiro-veterinário, cavalaria e Ferrador/casqueador. Na tabela 5 podemos verificar o custo relacionado ao pessoal nesse período.

Tabela 5: Custo da equipe de militares.

| Período de 12 a 24 meses | | | | | | | |
|-------------------------------------|------------------------|-----------|-----------|---------------|-----------|----------------|---------------------|
| Quant. | Função | Hora dia) | Custo/Dia | Freq. Semanal | Custo/Mês | Quant. (meses) | Custo Total |
| 01 | Médico-veterinário | 24h | 889,20 | 7x | 26.640,43 | 12 | 319.685,16 |
| 01 | Enfermeiro-veterinário | 24h | 889,20 | 7x | 26.640,43 | 12 | 319.685,16 |
| 02 | Cavalaria | 24h | 1.778,4 | 7x | 53.280,86 | 12 | 639.370,32 |
| 02 | Ferrador/casqueador | 06h | 444,60 | 5x | 9.514,44 | 12 | 114.173,28 |
| Custo total anual | | | | | | | 1.392.913,92 |
| Custo total anual por equino | | | | | | | 29.636,46 |

Fonte: Elaboração da autora (2022).

Os valores de referência utilizados para a medicação/vermifugação são do ano de 2021, de acordo com a nota fiscal eletrônica disponibilizada pela divisão veterinária. Os medicamentos utilizados para o cálculo foram Lexington 8, Rabmune e Handicap. Em condições normais de criação, nessa fase, o potro não necessita de suplementação. Os custos foram calculados para um animal. Na tabela 6, podemos verificar o custo relacionado à medicação/vermifugação nesse período.

Tabela 6: Custo da medicação/vermifugação

| Período de 12 a 24 meses | | | |
|--------------------------|----------------|-----------------------|--------------------|
| Item | Quant. (doses) | Valor unitário (real) | Valor total (real) |
| Lexington 8 | 02 | 97,77 | 195,54 |
| Rabmune | 01 | 48,07 | 48,07 |
| Handicap | 03 | 50,00 | 150,00 |
| Custo total anual | | | 393,61 |

Fonte: Elaboração da autora (2022).

A nutrição diária nessa fase é composta por feno, ração para potro e sal mineral composto. Na tabela 7, podemos verificar o custo relacionado à nutrição nesse período.

Tabela 7: Custo da nutrição anual.

| Período de 12 a 24 meses | | | | | |
|---------------------------|--------------|-----------|---------------------|-----------------------|--------------------|
| Item | Valor (real) | Peso (Kg) | Consumo diário (Kg) | Valor unitário (real) | Valor total (real) |
| Feno Ficton/Coast Cross | 3,00 | 12 | 07 | 0,25 | 1,75 |
| Ração para potro | 5,01 | 25 | 02 | 0,20 | 0,40 |
| Sal mineral composto | 5,43 | 10 | 0,1 | 0,54 | 0,05 |
| Custo total diário | | | | | 2,20 |
| Custo total anual | | | | | 792,00 |

Fonte: Elaboração da autora (2022).

Período de 24 a 36 meses

Nessa fase, são utilizados periodicamente os profissionais com função de médico-veterinário, enfermeiro-veterinário, cavalaria, ferrador/casqueador e

domador. Na tabela 8 podemos verificar o custo relacionado ao pessoal nesse período, com exceção do domador.

Tabela 8: Custo da equipe de militares.

| Período de 24 a 36 meses | | | | | | | |
|-------------------------------------|------------------------|------------|-----------|------------|-----------|------------|---------------------|
| Quant. | Função | Hora (dia) | Custo/Dia | Freq. Sem. | Custo/Mês | Quant./mês | Custo Total |
| 01 | Médico-veterinário | 24h | 889,20 | 7x | 26.640,43 | 12 | 319.685,16 |
| 01 | Enfermeiro-veterinário | 24h | 889,20 | 7x | 26.640,43 | 12 | 319.685,16 |
| 02 | Cavalaria | 24h | 1.778,4 | 7x | 53.280,86 | 12 | 639.370,32 |
| 02 | Ferrador/Casqueador | 06h | 444,60 | 5x | 9.514,44 | 12 | 114.173,28 |
| Custo total anual | | | | | | | 1.392.913,92 |
| Custo total anual por equino | | | | | | | 29.636,46 |

Fonte: Elaboração da autora (2022).

Nessa fase, por volta dos 30 meses de vida do equino, com o início do processo de doma montada, o profissional domador é acrescentado à equipe, e passa a exercer atividade periódica. Os policiais do regimento que trabalham com a doma, são os que estão de serviços ordinários na unidade, formado pelos mais diversos postos/graduações da Polícia Militar do Estado do Maranhão. Por esse motivo, o cálculo referente ao valor da hora trabalhada por esse profissional foi baseado na média salarial do policial militar da PMMA no ano de 2021, descrita na tabela 9.

Tabela 9: Média salarial do policial militar da instituição no ano de 2021.

| Posto/Graduação | Remuneração |
|-----------------------|-----------------|
| CEL | 17.200,00 |
| TEN CEL | 14.087,80 |
| MAJOR | 12.862,77 |
| CAP | 10.718,97 |
| 1º TEM | 9.953,33 |
| 2º TEM | 9.187,69 |
| ASP OF | 7.962,97 |
| CAD | 4.716,35 |
| SUB TEM | 7.962,67 |
| 1º SGT | 7.043,90 |
| 2º SGT | 6.125,13 |
| 3º SGT | 5.328,86 |
| CB | 4.895,89 |
| SD | 4.558,24 |
| TOTAL | 122.604,57 |
| MÉDIA SALARIAL | 8.757,46 |

Fonte: Elaboração do autor (2022).

Para determinar o valor em real, de uma hora trabalhada do domador, utilizou-se a seguinte fórmula matemática:

$$Vm = \frac{S+S/12+1/3S/12}{171,42}$$

Onde:

Vm = Valor médio

S = Soldo médio mensal

O cálculo do valor médio da hora trabalhada, baseado na remuneração média dos policiais militares da instituição, em real, foi o seguinte:

$$Vm = \frac{8757,46 + 8757,46/12+8757,46/36}{171,42}$$

$$Vm = 56,76$$

Portanto, o valor médio da hora trabalhada do policial militar para a instituição é R\$ 56,76 (cinquenta e seis reais e setenta e seis centavos). O profissional destinado a esse serviço no regimento são os que estão escalados em serviços de expedientes. Para aplicação dos serviços deste profissional, foi constatado que na unidade no período de aplicação da pesquisa, existiam dois equinos que estavam na faixa etária em que ocorre o processo de doma. Na tabela 10 podemos verificar o custo relacionado ao domador nesse período.

Tabela 10: Custo do profissional domador.

| Período de 24 a 36 meses | | | | | | | |
|-------------------------------------|---------|------------|-----------|---------------|-----------|----------------|-------------------|
| Quant. | Função | Hora (dia) | Custo/Dia | Freq. Semanal | Custo/Mês | Quant. (meses) | Custo Total anual |
| 1 | Domador | 06h | 340,56 | 5x | 7.287,98 | 12 | 87.455,80 |
| Custo total anual por equino | | | | | | | 43.722,90 |

Fonte: Elaboração da autora (2022).

Os valores de referência utilizados para a medicação/vermifugação/suplementação são do ano de 2021, de acordo com nota fiscal eletrônica

disponibilizada pela divisão veterinária. Os medicamentos utilizados para o cálculo foram Lexington 8, Rabmune e Handicap.

Nessa fase, devido o início do processo de doma montada, o equino passa a ter a necessidade de suplementação. Os suplementos utilizados para os cálculos foram MO Turbo e BBKA. Os valores de referência utilizados para a medicação e suplementação são do ano de 2021, de acordo com nota fiscal eletrônica disponibilizada pela divisão veterinária. Na tabela 11, podemos verificar o custo relacionado à medicação/vermifugação/suplementação nesse período.

Tabela 11: Custo da medicação/vermifugação/suplementação.

| Período de 24 a 36 meses | | | |
|-------------------------------------|----------------|-----------------------|--------------------|
| Item | Quant. (doses) | Valor unitário (real) | Valor total (real) |
| Lexington 8 | 02 | 97,77 | 195,54 |
| Rabmune | 01 | 48,07 | 48,07 |
| Handicap | 03 | 50,00 | 150,00 |
| Bbca | 72 | 80,86 | 5.821,92 |
| Mo turbo | 36 | 67,08 | 2.414,88 |
| Custo total anual por equino | | | 8.630,41 |

Fonte: Elaboração da autora, 2022.

A nutrição diária nessa fase é composta por feno, ração para equino adulto e sal mineral composto. Na tabela 12, podemos verificar o custo relacionado à nutrição nesse período.

Tabela 12: Custo da nutrição anual.

| Período de 24 a 36 meses | | | | | |
|--------------------------------------|--------------|-----------|---------------------|-----------------------|--------------------|
| Item | Valor (real) | Peso (Kg) | Consumo diário (Kg) | Valor unitário (real) | Valor total (real) |
| Feno Ficton/Coast Cross | 3,00 | 12 | 07 | 0,25 | 1,75 |
| Ração para adulto | 4,56 | 25 | 06 | 0,18 | 1,08 |
| Sal mineral composto | 5,43 | 10 | 0,1 | 0,54 | 0,05 |
| Custo total diário por equino | | | | | 2,88 |
| Custo total anual por equino | | | | | 1.036,80 |

Fonte: Elaboração da autora (2022).

Período de 36 a 42 meses

Nessa fase, são utilizados periodicamente os profissionais com função de médico-veterinário, enfermeiro-veterinário, cavaliça, ferrador/casqueador e

domador. Na tabela 13 podemos verificar o custo relacionado ao pessoal nesse período, com exceção do domador.

Tabela 13: Custo da equipe de militares.

| Período de 36 a 42 meses | | | | | | | |
|---|------------------------|------------|-----------|---------------|-----------|----------------|-------------------|
| Quant. | Função | Hora (dia) | Custo/Dia | Freq. Semanal | Custo/Mês | Quant. (meses) | Custo Semestral |
| 01 | Médico-veterinário | 24h | 889,20 | 7x | 26.640,43 | 06 | 159.842,58 |
| 01 | Enfermeiro-veterinário | 24h | 889,20 | 7x | 26.640,43 | 06 | 159.842,58 |
| 02 | Cavaliça | 24h | 1.778,4 | 7x | 53.280,86 | 06 | 319.685,16 |
| 02 | Ferrador/casqueador | 06h | 444,60 | 5x | 9.514,44 | 06 | 57.086,64 |
| Custo total semestral | | | | | | | 696.456,96 |
| Custo total semestral por equino | | | | | | | 14.818,23 |

Fonte: Elaboração da autora (2022).

Na tabela 14 podemos verificar o custo relacionado ao domador nesse período.

Tabela 14: Custo do profissional domador.

| Período de 36 a 42 meses | | | | | | | |
|---|---------|------------|-----------|---------------|-----------|----------------|-------------------|
| Quant. | Função | Hora (dia) | Custo/Dia | Freq. Semanal | Custo/Mês | Quant. (meses) | Custo Total anual |
| 01 | Domador | 06h | 340,56 | 5x | 7.287,98 | 06 | 43.287,98 |
| Custo total semestral por equino | | | | | | | 21.643,99 |

Fonte: Elaboração da autora (2022).

Os valores de referência utilizados para a medicação/vermifugação/suplementação são do ano de 2021, de acordo com nota fiscal eletrônica disponibilizada pela divisão veterinária. Os medicamentos utilizados para o cálculo foram Lexington 8, Rabmune e Handicap. Nessa fase, o equino está submetido a processo de doma montada, tendo a necessidade de suplementação. Os suplementos utilizados para os cálculos foram MO Turbo e BBKA. Os custos foram calculados para um animal. Na tabela 15, podemos verificar o custo relacionado à medicação/vermifugação/suplementação nesse período.

Tabela 15: Custo da medicação/vermifugação/suplementação.

| Período de 36 a 42 meses | | | |
|---|----------------|-----------------------|--------------------|
| Item | Quant. (doses) | Valor unitário (real) | Valor total (real) |
| Lexington 8 | 01 | 97,77 | 97,77 |
| Rabmune | 01 | 48,07 | 48,07 |
| Handicap | 02 | 50,00 | 100,00 |
| BBCA | 72 | 80,86 | 5.821,92 |
| MO Turbo | 36 | 67,08 | 2.414,88 |
| Custo total semestral por equino | | | 8.482,64 |

Fonte: Elaboração da autora (2022).

A nutrição diária nessa fase é composta por feno, ração para equino adulto e sal mineral composto. Na tabela 16, podemos verificar o custo relacionado à nutrição nesse período.

Tabela 16: Custo da nutrição.

| Período de 36 a 42 meses | | | | | |
|---|--------------|-----------|---------------------|-----------------------|--------------------|
| Item | Valor (real) | Peso (Kg) | Consumo diário (Kg) | Valor unitário (real) | Valor total (real) |
| Feno Ficton/ Coast Cross | 3,00 | 12 | 07 | 0,25 | 1,75 |
| Ração para adulto | 4,56 | 25 | 06 | 0,18 | 1,08 |
| Sal mineral composto | 5,43 | 10 | 0,1 | 0,54 | 0,05 |
| Custo total diário por equino | | | | | 2,88 |
| Custo total semestral por equino | | | | | 518,40 |

Fonte: Elaboração da autora, 2022.

Total geral

O custo total médio para a criação de um equino no 1º RPMONT, contabilizado a partir do momento do seu nascimento até que o animal esteja pronto para as atividades do regimento, onde os cálculos relativos aos gastos foram limitados à nutrição, medicação/vermifugação/suplementação e mão de obra humana diária, em um período de 42 meses, sendo este o tempo médio para a introdução do cavalo no serviço de policiamento é de R\$ 190.182,04 (Cento e noventa mil, cento e oitenta e dois reais e quatro centavos). Na tabela 17, podemos verificar o custo médio total relacionado à criação de equinos no 1º RPMONT, no período estipulado.

Tabela 17: Custo médio total, em real, para a criação de um equino no 1º RPMONT.

| Período de 0 a 42 meses | | | | | |
|-------------------------------|------------------|----------|--------------------------|-------------------|--|
| Período (Meses) | Custo de Pessoal | Nutrição | Medicação/ Suplementação | Custo Total | |
| 0 a 12 | 29.636,46 | 792,00 | 441,68 | 30.870,14 | |
| 12 a 24 | 29.636,46 | 792,00 | 393,61 | 30.822,07 | |
| 24 a 36 | 73.359,36 | 1.036,80 | 8.630,41 | 83.026,57 | |
| 36 a 42 | 36.462,22 | 518,40 | 8.482,64 | 45.463,26 | |
| Custo total por equino | | | | 190.182,04 | |

Fonte: Elaboração da autora (2022).

6.2 Identificação das características do equino no processo de compra

A polícia militar do Estado do Maranhão não apresenta nenhum termo de referência para identificar as características do cavalo para a compra destinada ao policiamento ostensivo militar. Na pesquisa científica proposta, para a realização da pesquisa mercadológica referente ao valor do equino para o policiamento montado, foi aplicado um questionário, elencando os quesitos que o animal deve apresentar no momento da compra, para atender com eficiência as atividades. Participaram como pesquisados, os médicos veterinários da divisão veterinária e os oficiais e praças possuíntes de cursos de policiamento montado, lotados na unidade, totalizando 15 (quinze) policiais militares.

Os quesitos elencados foram os seguintes:

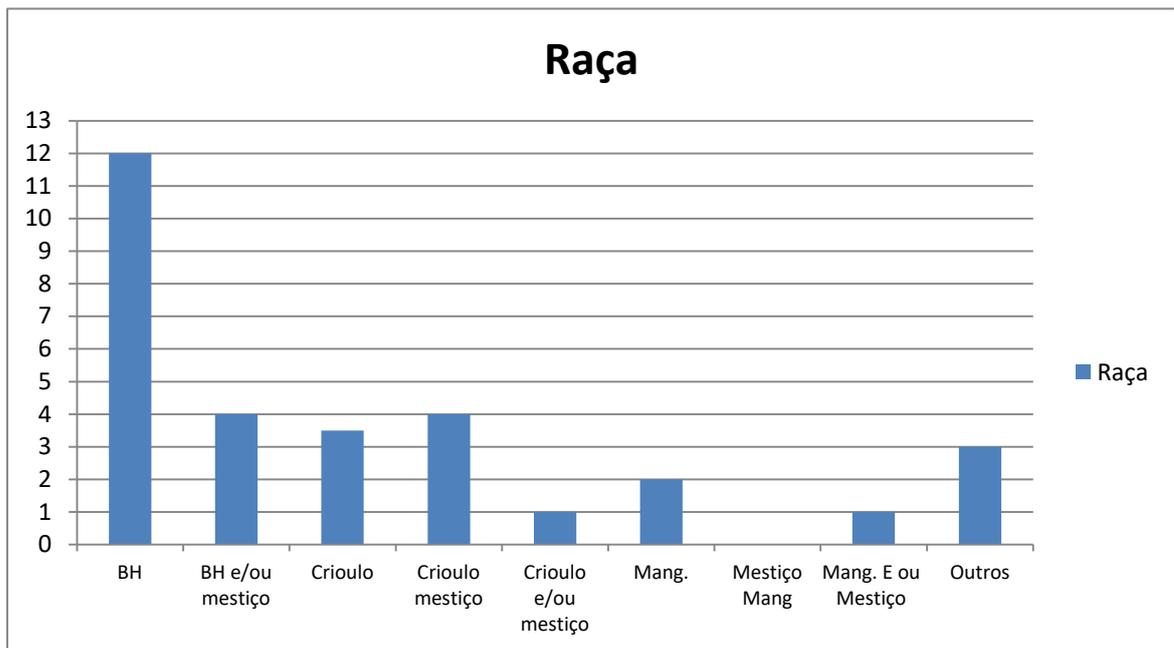
a) Raça

Na opinião dos policiais militares que responderam ao questionário, a raça mais adequada para o policiamento montado para a compra é o Brasileiro de Hipismo, seguida de Brasileiro de hipismo e/ou mestiço e crioulo mestiço. A maioria dos equinos que se encontram no regimento voltado para o policiamento montado é classificada como SEM RAÇA DEFINIDA (SRD), indo a desencontro com a opinião dos profissionais que trabalham com esses animais no regimento.

Para a definição da raça, foi dada duas escolhas para cada policial militar, sendo disponibilizados 9 opções de raças, os quais foi contabilizado 12 preferências para a raça Brasileiro de Hipismo, 4 preferências para a raça Brasileiro de hipismo e ou/misto, 4 preferências para a raça Crioulo, 1 preferência para a raça crioulo e

ou/mestiço, 2 preferências para a raça Mangalarga, 1 preferência para a raça Mangalarga e/ou Mestiço e 3 preferências para a raça quarto de milha, definidos na opção outros. Na aplicação do questionário, 3 pesquisados marcaram somente 1 opção das raças apresentadas. Todos os pesquisados consideraram a raça um quesito importante para o processo de compra.

Gráfico 1: Raça do equino, segundo militares do 1º RPMONT da PMMA no ano de 2022.



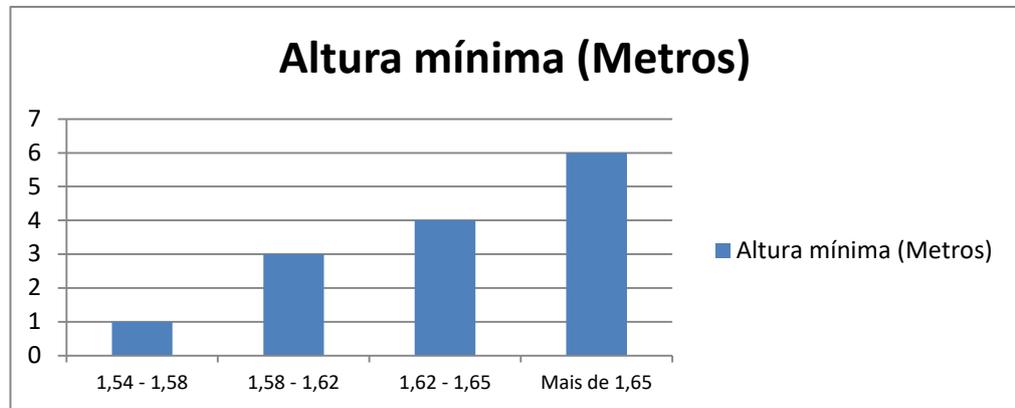
Fonte: dados da pesquisa.

b) Altura mínima

Na opinião dos policiais militares que responderam ao questionário, a altura mínima mais adequada para o equino de policiamento montado, no momento da compra, deve ser mais de 1,65 metros, seguido da faixa de 1,62 a 1,65 metros. Para a definição da altura mínima, foi dada uma escolha para cada policial militar, sendo disponibilizados 4 opções de intervalos de altura mínima, os quais foi contabilizado 6 preferências para altura de mais de 1,65 metros, 4 preferências para a altura de 1,62 a 1,65 metros, 3 preferências para a altura de 1,58 a 1,62 metros, 1 preferência para a altura de 1,54 a 1,58 metros. Na aplicação do questionário, 15 pesquisados consideraram a altura mínima importante para o processo de compra e

1 pesquisado considerou que a altura mínima não é um quesito importante para o processo de compra.

Gráfico 2: Altura mínima da cernelha do equino, segundo militares do 1º RPMONT da PMMA, no ano de 2022.

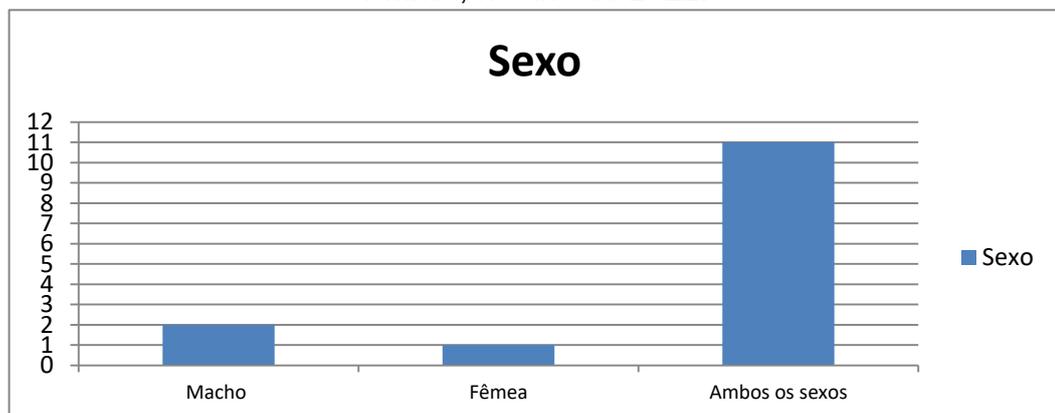


Fonte: dados da pesquisa.

c) Sexo do equino

Na opinião dos policiais militares que responderam ao questionário, 11 pesquisados consideraram que ambos os sexos podem ser escolhidos no momento da compra do equino direcionado para o policiamento montado, 2 pesquisados responderam que o Macho é mais adequado no momento da compra e 1 pesquisado respondeu que a fêmea é mais adequada no momento da compra. Na aplicação do questionário, 1 pesquisado não respondeu o quesito sexo, 10 pesquisados consideraram o sexo um quesito importante no processo de compra e 4 pesquisados consideraram o sexo um quesito que não é importante no processo de compra.

Gráfico 3: Sexo dos equinos para a compra, segundo militares do 1º RPMONT da PMMA, no ano de 2022.

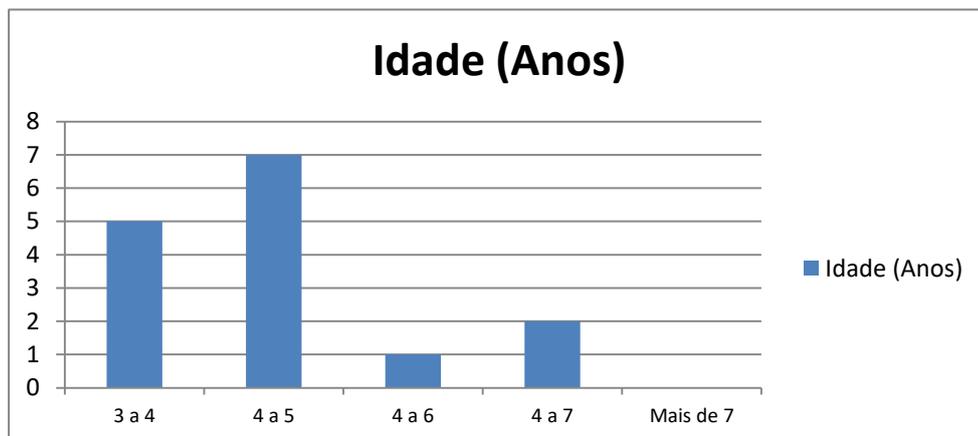


Fonte: dados da pesquisa.

d) Idade

Na opinião dos policiais militares que responderam o questionário, a idade do equino mais adequada para o policiamento montado, no momento da compra, deve ser de 4 a 5 cinco anos. Para a definição da idade, foi dada a opção de uma escolha para cada policial militar, sendo disponibilizados 5 opções de intervalos de idades, os quais foi contabilizado 7 preferências para idade de 4 a 5 anos, 5 preferências para idade de 3 a 4 anos, 2 preferências para idade de 4 a 7 anos, 1 preferência para idade de 4 a 6 anos e nenhuma preferência para equinos com idade superior a 7 anos. Na aplicação do questionário, 14 pesquisados consideraram a idade importante para o processo de compra e 1 pesquisado não respondeu.

Gráfico 4: Idade do equino para compra, segundo militares do 1º RPMONT da PMMA, no ano de 2022.



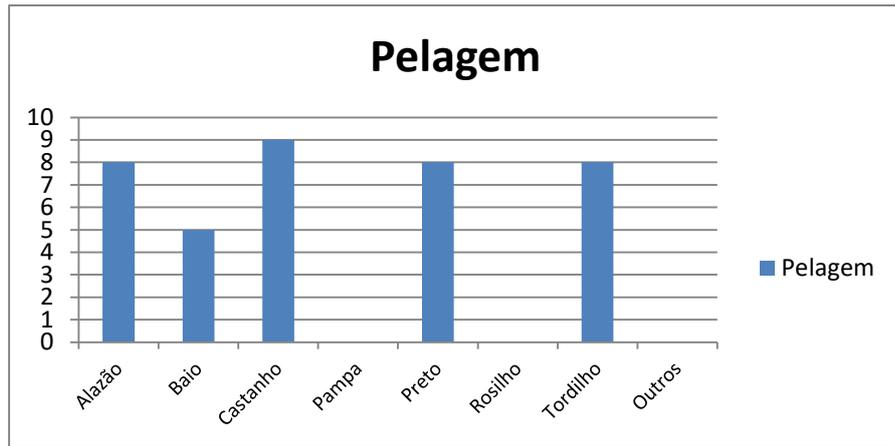
Fonte: dados da pesquisa.

e) Pelagem do equino

Na opinião dos policiais militares que responderam ao questionário, a pelagem mais adequada para o policiamento montado, no momento da compra, deve ser castanha, seguido da pelagem alazão, preta e tordilho. Para a definição da pelagem, foi dada três escolhas para cada policial militar, sendo disponibilizados 8 opções de pelagens, os quais foi contabilizado 9 preferências para a pelagem castanho, 8 preferências para a pelagem alazão, 8 preferências para a pelagem preta, 8 preferências para a pelagem tordilho e 5 preferências para a pelagem baio.

As demais pelagens não tiveram preferências. Na aplicação do questionário, 02 pesquisados não marcaram nenhuma opção, 1 pesquisado escolheu 2 opções, 09 pesquisados consideraram o quesito pelagem como importante para o processo de compra e 6 pesquisados consideraram o quesito pelagem com não sendo importante para o processo de compra.

Gráfico 5: Pelagem do equino, segundo militares do 1º RPMONT da PMMA, no ano de 2022.

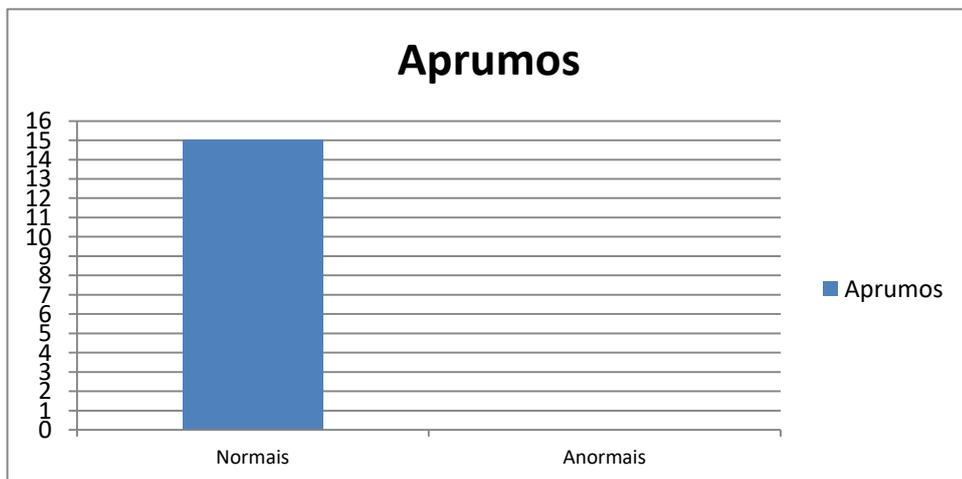


Fonte: dados da pesquisa.

f) Aprumos do Equino

Na opinião dos policiais militares que responderam o questionário, os aprumos devem ser normais, onde todos consideraram esse quesito importante no processo de compra do equino voltado para a atividade de policiamento montado.

Gráfico 6: Aprumos do equino, segundo militares do 1º RPMONT da PMMA, no ano de 2022.



Fonte: dados da pesquisa.

Na opinião dos militares que responderam ao questionário, 13 pesquisados sinalizaram que os quesitos acima eram suficientes para determinar as características do equino para o processo de compra, enquanto 2 pesquisados sinalizaram que os quesitos não eram suficientes para determinar as características do equino no processo de compra. No que se limita a doma, 13 pesquisados responderam que o equino já deve estar domado no momento da compra, enquanto 2 pesquisados responderam que o equino não deve estar domado no momento da compra.

Por meio das respostas adquiridas pelo questionário, foi feita a pesquisa de mercado com o intuito de verificar o valor dos equinos que possuíam as características elencadas pelos policiais militares, que serviriam para as atividades de policiamento montado, sendo elas: a raça brasileira de hipismo com altura acima de 1,65 metros, entre 4 a 5 anos, de ambos os sexos, com pelagem castanha e aprumos normais.

O valor do animal encontrado por meio de pesquisa mercadológica realizada por meios eletrônicos se limitaram a raça, a idade e o aspecto de doma, devido à variabilidade de características fornecidas e a escassez de orçamentos oferecidos pelas empresas o qual a autora da pesquisa entrou em contato, sendo o valor médio encontrado de R\$ 60.000 (sessenta mil reais), valor este verificado em rede social Instagram denominada Cavalos Shop.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As unidades policiais, embora recebam um considerável suporte de recurso estatal para a criação e manutenção de semoventes, convivem com o presente momento de crise vivenciado no Estado, em que se faz necessário apurar os custos e a eficiência dos serviços públicos prestados ao cidadão, além de contribuir para a otimização na utilização do dinheiro público.

Desta forma, a presente pesquisa poderá ser um meio pelo qual Estados e Secretarias de Segurança Pública possam traçar estratégias de contabilidade de custos, principalmente, no cenário de contingenciamento de gastos públicos, sem comprometer a excelência na prestação de serviço à sociedade, especialmente, no que tange à qualidade da reposição dos equinos utilizados pelo 1º RPMONT na atividade de policiamento.

O segundo viés que ancora a importância da continuação deste trabalho, se apresenta no tocante a literatura científica específica acerca da temática. Uma vez que embora, haja literatura disponível sobre a utilização e manejo dos equinos no Exército Brasileiro, não há uma legislação única e referenciada para as polícias militares, cabendo a cada instituição regulamentar suas normas, sendo na maioria das vezes baseadas unicamente nas Normas de Controle de Equinos do Exército (NORCE), que não conseguem observar e considerar as necessidades e particularidades inerentes às rotinas das polícias estaduais (BESSA; LEME, 2020).

Em outras palavras quando se refere a cavalaria militar brasileira tem-se uma lacuna de conhecimentos que precisa melhor ser mapeada e estudada com mais afinco, em especial, no contexto do Maranhão, em que poucas pesquisas têm se dedicado a realizar esse movimento de análise e menos ainda são os trabalhos publicados que visam realizar uma análise comparativa da reposição desses novos animais.

Por meio das respostas adquiridas, oriundas dos questionários aplicados com os policiais militares, a fim de determinar as características dos equinos que serviriam para as atividades de policiamento montado, com o intuito de verificar o valor deste para a compra; em paralelo com às análises do custo de reposição dos equinos através do método de reprodução, a presente pesquisa concluiu que observando o quesito economia, torna-se mais viável, para dirimir os gastos do

estado a aquisição de novos equinos por meio de licitações que culminem na compra destes animais.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, M. Custos no serviço público. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v.1. n. 1, p. 37-63, 1999.
- ANDRIGUETTO, J. M.; PERLY, L.; MINARDI, I. et al. **Nutrição animal**. 4.ed. São Paulo: Nobel, v.1 e v.2, 2002.
- AREND, Leonardo Heitor. **O serviço público à luz do princípio da eficiência**. Anuário Pesquisa e Extensão Unoesc São Miguel do Oeste, v. 5, p. e24556-e24556, 2020.
- APOLLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica**: um guia para a Produção do Conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2004.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Trad. Augusto Luís Antero Reto. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BENÍCIO, Sérgio Vieira. Proposta de manual de policiamento montado em eventos. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n.5, p.28343-28367 may. 2020. Disponível em https://brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/download/10189/8512?__cf_chl__tk=owXiGgcFicFq5SqYXA8c.TtoR1433TulH5fM3f5iM.E-1662731957-0-gaNycGzNCOU. Acesso em 09 de setembro de 2022.
- BERTÓ, Dalvio José; BEULKE, Rolando. **Gestão de custos**. Saraiva Educação SA, 2017.
- BESSA, F. J; LEME, D. P. **CRIAÇÃO DE CAVALOS DE USO POLICIAL MILITAR NA POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA**. Revista Do Instituto Brasileiro De Segurança Pública (RIBSP)-ISSN 2595-2153, v. 3, n. 7, p. 105-117, 2020.
- BORGES, C.A. **Doma racional e manejo dos equinos da cavalaria da polícia militar do estado do Ceará**. (Relatório de estágio) Graduação em Zootecnia - Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Curso de Zootecnia, Fortaleza, 2015.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: DIREITO. Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4090.htm>. Acesso em: 08 de set. 2022.
- BRASIL. Lei nº 4.090, de 13 de Julho de 1962. **Institui a Gratificação de Natal para os Trabalhadores**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14133.htm>. Acesso em 08 de setembro de 2022.
- BRASIL. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. **Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14133.htm. Acesso em 08 de setembro de 2022.

_____. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. **Regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.**

Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%208.112%2C%20DE%2011%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201990&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20regime%20jur%C3%ADdico,e%20das%20funda%C3%A7%C3%B5es%20p%C3%ABlicas%20federais. Acesso em: 29 set. 2022.

_____. Lei n. 8.666/93, de 21 de junho de 1993. **Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 jun. 1993. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm>. Acesso em: 22 set. 2022.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Manual de boas práticas de manejo em equideocultura** / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Mobilidade Social, do Produtor Rural e Cooperativismo. – Brasília: MAPA/ACE/CGCS, 2017.

BREDA, M. E. **Manual do Cavalo: o extraordinário guia para você.** Sede Nova, Ed. Bertrand Brasil, 2020.

BROOM, D. M.; FRASER, A. F. **Comportamento e bem-estar de animais domésticos.** 4º ed. São Paulo, 2010.

CANTO, L.S., CORTE, F.D., BRASS, K.E., RIBEIRO, M.D. **Frequência de problemas de equilíbrio nos cascos de cavalos crioulos em treinamento.** In: Brazilian Journal Veterinary Research Animal Science, v.43, n4, p.489-495, 2006.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **MANUAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO.** 33. ed. São Paulo, Atlas, 2019.

CINTRA, A. G. de C. **O cavalo, características, manejo e alimentação.** Editora Roca, São Paulo. 1ª ed. 2011.

CUNHA, T.J. **Horse feeding and nutrition.** 2.ed. San Diego: Academic Press, 1991. 445p.

DANTAS, Alessandro et al. **Nova Lei de Licitações: Apontamentos práticos.** Editora Rideel. (Livro) NLL.indb 8. 2021.

DE SOUZA RESENDE¹, Vanessa Cristina et al. **Aspectos do manejo reprodutivo de equinos.** Vol. 14, Nº 02, mar./ abr. de 2017. ISSN: 1983-9006

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo.** Rio de Janeiro: Editora Forense, 2016. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2236398/mod_resource/content/2/DI%20PIETRO%2C%20Maria%20Sylvia%20Zanella.%20Direito%20Administrativo%20-%20pag%20411-459.pdf. Acesso no dia 08 de setembro de 2022.

DOS SANTOS, Marcos Roberto; VOESE, Simone Bernardes. Gestão de custos no governo federal brasileiro. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC**. 2019.

DOVAL, L. M. S. **Direitos dos Animais: uma abordagem histórico-filosófica e a +*percepção de bem-estar animal**. Monografia orientada pela Profa. Dra. Sueli Hoff Reckziegel. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/16438>>. Acesso em 07 de setembro de 2022.

DURHAM, A. E. 2009. **The role of nutrition in colic**. Veterinary Clinics of North America equine Practice. v.25

FONTENELE, Rômulo Morati Florentino. **Produção ou aquisição de semoventes para a PMMG: estudo da viabilidade para o Estado**. 2019. Monografia (Especialista em Segurança Pública) – Curso de Especialização em Segurança Pública – Academia de Polícia Militar, Belo Horizonte/, 2019.

FRAPE, D. **Nutrição e alimentação de equinos**. 3ª Ed. São Paulo/SP: Roca, 2008. 602p.

GEOR, R.J.; HARRIS, P.A.; COENEN, M. **Equine Applied and Clinical Nutrition**. Saunders Elsevier, 2013. 679p.

GODOY, Carmen Lice Buchmann de et al. Fechamento epifisário da extremidade distal do rádio de eqüinos da raça Brasileira de Hipismo (BH). **Ciência Rural**, v. 34, p. 1813-1815, 2004.

GONÇALVES, R. Revista horse. **Manejo sanitário para equinos**. Edição 88, 2021a. Disponível em: <https://www.revistahorse.com.br/imprensa/manejo-sanitario-paraequinos/20210208-091009-c046>. Acesso em 07 de setembro de 2022.

LEY, WILLIAM B. **Reprodução em éguas: Para veterinários de eqüinos**. Editora Roca Ltda. São Paulo-SP. 2006. p. 48-62, 124-125,184-188.

LIMA, B.N. de O. **Variabilidade na expressão da reatividade de potros brasileiro de hipismo**. Dissertação (Mestrado) –Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, 2017. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/150929/lima_bno_me_jabo.pdf?squence=3. Acesso em 28 de agosto de 2022.

MARANHÃO. Lei n.º 6.513, de 30 de novembro de 1995. **Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar do Maranhão e outras providência**. Disponível em: <https://cbm.ssp.ma.gov.br/wp-content/uploads/2017/05/Lei-n%C2%BA-6.513-de-30-de-novembro-de-1995-Estatuto-dos-Militares.pdf>. Acesso em: 29 set. 2022.

_____. Lei nº 10.412 de 5 de janeiro de 2016. **Lei Estadual de Proteção aos Animais**. Disponível em: http://sapl.al.ma.leg.br:8080/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/217_texto_integra l. Acesso em: 30 set. 2022.

MARTIN-ROSSET, W., DOREAU, M. **Effect of variations in the level of feeding of heavy mares during late pregnancy**. In: Proceedings of the 31st Annual Meeting of the European Federation for Animal Science, Munchen, p. 6, 1980.

MCDONNELL SM, MURRAY SC. **Bachelor and harem stallion behavior and endocrinology**. Equine Reproduction VI, Biol. Reprod. Monogr. Ser. Reprod Biol 1995; 1:(in press).

NETO, R. B. Silva. **Manual de Manejo e Bem-Estar de Equino da Policial Militar**. 1. Ed. São Luís: Luminus Editora, 2022.

NORTON, T. et al. **Automated real-time stress monitoring of police horses using wearable technology**. Applied Animal Behaviour Science, v. 198, p. 67-74, 2018

PARANÁ. **Intensificação do policiamento reduz criminalidade no Litoral**. Agência estadual de notícias. Paraná, 2020. Disponível em: [PIANA, MC. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** \[online\]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9. Available from Scielo Books. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em 10 jun, 2022.](https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Intensificacao-do-policiamento-reduz-criminalidade-no-Litoral#:~:text=Os%20crimes%20de%20furtos%20foram%20para%2006%20(%2D60%2)Acesso em 10 jun, 2022.</p>
</div>
<div data-bbox=)

POLÍCIA MILITAR (Minas Gerais). Comando Geral. **Resolução 3.316 de 06 de setembro de 1996**. Aprova o Regulamento de Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria da Polícia Militar. 1996.

RAMOS, Bernardo Lacerda; **Doma – Uma nova abordagem**. Monografia (Especialização em Equitação) – Escola de Equitação do Exército, Rio de Janeiro, 2005.

RODRIGUES, F.A.N.; ZARONTONELLI, J.R.G. **Policiamento Montado. Sua expansão pelo interior do Estado de Minas Gerais**. 1994, 166 p. Monografia (Especialização) – Academia de Polícia Militar, Belo Horizonte, 1994

RODRIGUES, Talita Lemos. **Análise dos procedimentos técnicos científicos envolvidos na aquisição de equinos pela polícia militar do estado de São Paulo**. 2020.

SENAR. **Serviço Nacional de Aprendizagem Rural**. Equide cultura: doma racional. Coleção Senar- Brasília, DF, 2017.

SILVA, AEDFD; SILVA, MMMRRVU; ESTEVES, Sérgio Novita. **Criação de equinos. Manejo reprodutivo e da alimentação**. Brasília: EMBRAPA-SPI/EMBRAPA-CENARGEN, 1998., 1998.

SOUZA, Carlos Felipe Oliveira de. **Policimento Montado: Aperfeiçoamentos/ Contribuições à experiência/** Trabalho em vigor na PMMG/Carlos Felipe Oliveira de Souza — Rio de Janeiro, 2007.

TORRES, A.P.; JARDIM, W.R. **Criação do cavalo e de outros equinos.** 3ed. Nobel S.A.: São Paulo, 1985. 654p.

TRINTA, Z. F. **A Improbidade Administrativa e o Princípio da Insignificância.** 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

VITAL, Glenda Meira. **Percepção do público em relação ao manejo de éguas gestantes e potros recém-nascidos.** 2021.

APÊNDICES

**APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFISSIONAIS DO 1º
RPMONT PARA A DEFINIÇÃO DE CARACTERÍSTICAS DOS EQUINOS PARA A
COMPRA.**

Esse questionário faz parte da pesquisa monográfica realizada pela cadete PM Jakeline (4º ano do CFO), como parte dos instrumentos desenvolvidos para coletar informações quanto ao tema pesquisado: **REPOSIÇÃO DE EQUINOS PARA PMMA**: uma análise das modalidades de reprodução e compra para o 1º Regimento de Polícia Montada do Estado do Maranhão.

Objetivo: objetivo é Investigar que tipo de modalidade de reposição de equinos, entre reprodução e compra, é mais viável para o 1º Regimento de Polícia Montada do Estado do Maranhão (1º RPMONT) para a atividade de policiamento montado, considerando aspectos de econômicos.

QUESTIONÁRIO

1 – Baseado nos seus conhecimentos técnicos e científicos adquiridos sobre equinos, responda se no processo de compra desses animais, as diferenças de raça, altura, sexo, idade e de pelagem interferem no trabalho do equino de policiamento montado?

() SIM

() NÃO

Caso a resposta seja SIM, marque as opções da tabela abaixo referente ao TIPO IDEAL a ser escolhido no processo de compra para 1º RPMont da Polícia Militar do Maranhão.

| QUESITO | TIPO IDEAL | ESSE TIPO É IMPORTANTE NO PROCESSO DE COMPRA DO ANIMAL? |
|-------------------------|--|--|
| Raça (02 opções) | <input type="checkbox"/> Brasileiro de Hipismo (BH) <input type="checkbox"/> mestiço Brasileiro de Hipismo (BH) <input type="checkbox"/> Brasileiro de Hipismo (BH) e/ou mestiço <input type="checkbox"/> Crioulo <input type="checkbox"/> Mestiço Crioulo | <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO |

| | | |
|----------------------------|--|--|
| | <input type="checkbox"/> Crioulo e/ou Mestiço <input type="checkbox"/> Mangalarga <input type="checkbox"/> Mestiço Mangalarga <input type="checkbox"/> Mangalarga e/ou Mestiço <input type="checkbox"/> Outros: _____ | |
| Altura Mínima | <input type="checkbox"/> 1,50 m à 1,52 m <input type="checkbox"/> 1,52 m à 1,54 m <input type="checkbox"/> 1,54 m à 1,56 m <input type="checkbox"/> mais de 1,56 m | <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO |
| Sexo | <input type="checkbox"/> ambos os sexos <input type="checkbox"/> fêmea <input type="checkbox"/> Macho | <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO |
| Idade | <input type="checkbox"/> 3 a 4 anos <input type="checkbox"/> 4 a 5 anos <input type="checkbox"/> 4 a 6 anos <input type="checkbox"/> 4 a 7 anos <input type="checkbox"/> mais de 7 anos | <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO |
| Pelagem (03 opções) | <input type="checkbox"/> alazão <input type="checkbox"/> baio <input type="checkbox"/> castanho <input type="checkbox"/> pampa <input type="checkbox"/> preto <input type="checkbox"/> rosilho <input type="checkbox"/> tordilho <input type="checkbox"/> Outros: _____ | <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO |

2 – Na sua opinião, os quesitos listados acima são suficientes para a compra do equino destinado ao policiamento montado?

- SIM
 NÃO

3 – Na sua opinião, o equino adquirido por meio de compra, deve já estar domado?

- SIM
 NÃO

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhor (a) convidamos- lhes para a participação como voluntário(a) da pesquisa intitulada “**REPOSIÇÃO DE EQUINOS PARA PMMA**: uma análise das modalidades de reprodução e compra para o 1º Regimento de Polícia Montada do Estado do Maranhão”; objetivo é Investigar que tipo de modalidade de reposição de equinos, entre reprodução e compra, é mais viável para o 1º Regimento de Polícia Montada do Estado do Maranhão (1º RPMONT) para a atividade de policiamento montado, considerando aspectos de econômicos.

Essa pesquisa está sendo desenvolvida pela Cad PM 12/19 Jakeline Sousa Araujo e Major QOPM Alexsandro Ferreira Ramalho.

A forma de sua participação consiste em responder um questionário sobre o tema. Ressaltamos, todo participante tem o direito de desistir em qualquer fase da pesquisa sem sofrer qualquer prejuízo ou penalização de qualquer natureza. Não será cobrado nada, não haverá gastos e não estão previstos ressarcimentos ou indenizações.

Local e data: ___/___/2022

(Assinatura do participante)

(Assinatura do pesquisador)

(Assinatura do orientador)